



EMAE - Empresa Metropolitana de Águas e Energia S.A.
CNPJ 02.302.101/0001-42 - Empresa Aberta
http://www.emae.com.br

Secretaria de Meio Ambiente, Infraestrutura e Logística

SÃO PAULO GOVERNO DO ESTADO

→ continuação

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO - EXERCÍCIO 2021

e. Composição e Remuneração da Administração

Composição do Conselho de Administração

Integram o Conselho de Administração, ao final de 2022:

Nome	Cargo
Luiz Carlos Lustre	Presidente do Conselho
Eduardo de Freitas Teixeira	Conselheiro Independente
Theodoro de Almeida Pupo Jr.	Conselheiro Independente
Marcio Flea	Estatutário - Diretor Presidente da Companhia
Rui de Brito Alvares Afonso	Conselheiro eleito por Controlador
Paulo Ferreira	Conselheiro eleito por Controlador
Sergio Ricardo Ciavolli Mota	Conselheiro eleito por Controlador
Rita Joyanovic	Conselheira eleita por Controlador
Zevi Kann	Conselheiro eleito por Controlador
Roberto Brígido do Nascimento	Conselheiro representante dos acionistas preferencialistas
Douglas Tadeu Llambras Caetano	Conselheiro representante dos empregados

Composição da Diretoria

A Diretoria Executiva da Companhia (Diretoria) é composta por um Diretor-Presidente e três diretores, que exercem suas atribuições de acordo com o determinado pelo Estatuto Social e pelo Regimento Interno da Diretoria. Seus membros são eleitos pelo Conselho de Administração, para mandato de dois anos, permitidas no máximo três reconduções consecutivas. Durante o exercício social de 2022, a Diretoria Executiva realizou 53 reuniões. Ao final de 2022, a composição da Diretoria da EMAE era a seguinte:

Nome	Cargo
Marcio Flea	Diretor-Presidente
Pablo Andrés Fernández Uhart	Diretor Financeiro e de Relações com Investidores
Paulo Ernesto Strazzi	Diretor Administrativo
Itamar Rodrigues	Diretor de Geração

Remuneração

A remuneração dos Administradores da EMAE, membros do Comitê de Auditoria e do Conselho Fiscal é estabelecida de acordo com as diretrizes da Fazenda do Estado de São Paulo, acionista controlador da Companhia, por meio do Conselho de Defesa dos Capitais do Estado (CODEC), e aprovada em Assembleia Geral.

Estabelecida a remuneração dos diretores, a remuneração dos conselheiros é fixada em percentuais sobre a remuneração desses diretores, sendo 30% para membros do Conselho de Administração e 20% para membros do Conselho Fiscal. A remuneração dos membros do Comitê de Auditoria é fixada por meio de deliberação do CODEC.

Os diretores têm sua remuneração composta de honorários, bônus, abono anual (equivalente ao 13º salário), adicional de 1/3 sobre os honorários a título de férias e benefícios.

Os membros dos Conselhos de Administração e Fiscal têm a remuneração composta de honorários e gratificação anual. Nos termos do parágrafo primeiro do artigo 41 do Estatuto, a remuneração dos membros dos Comitês será fixada pela Assembleia Geral e, nos casos em que os integrantes de Comitês também sejam membros do Conselho de Administração, não será cumulativa.

Para o ano de 2022, o valor total da remuneração dos administradores aprovado pela Assembleia Geral de Acionistas, considerando os benefícios e encargos legais, foi de R\$ 3,3 milhões, incluindo a remuneração variável dos diretores.

Avaliação dos Administradores

Anualmente, o desempenho dos Administradores é avaliado considerando: (i) a exposição dos atos de gestão praticados com relação à licitude e à eficácia da ação administrativa; (ii) a contribuição para o resultado do exercício; (iii) a consecução dos objetivos estabelecidos no plano de negócios e no atendimento à estratégia de longo prazo; (iv) os aspectos sobre as demonstrações financeiras; (v) o funcionamento do Conselho de Administração e do Comitê de Auditoria; (vi) a interação com o Conselho de Administração; (vii) o conhecimento técnico e da Companhia, e (viii) a autoavaliação individual. O resultado da avaliação realizada em 2022 classificou que a atuação - colegiada ou individual - dos Administradores atendeu às expectativas legais e estatutárias.

f. Responsabilidade Ambiental

A EMAE incorpora a preservação do meio ambiente em todas as suas operações e projetos. Uma das práticas adotadas pela empresa é o gerenciamento de resíduos, que inclui tanto os detritos que chegam às suas estruturas e reservatórios quanto o lixo gerado em seus escritórios. Os resíduos são recolhidos e encaminhados para o descarte adequado, sendo destinados para reciclagem por cooperativas, processos de compostagem ou aterros sanitários oficiais, dependendo de suas características.

Além disso, a remoção de detritos e vegetação flutuante contribui para a melhoria das instalações no médio Tietê e rio Pinheiros, reduzindo o volume que se acumularia nos equipamentos das estruturas, incluindo as usinas elevatórias. A EMAE também possui barreiras flutuantes nas desembocaduras de todos os córregos que chegam ao rio Pinheiros, o que retém grande volume de detritos antes de chegar ao rio, evitando sua dispersão ao longo do espelho d'água. Os resíduos retidos nas barreiras são removidos com o uso de conjuntos escavo-barcaças.

A EMAE é parceira do projeto Pomar Urbano em colaboração com a Secretaria de Meio Ambiente, Infraestrutura e Logística do Estado de São Paulo (SEMIL), visando a promoção da recuperação ambiental e paisagística das margens do rio Pinheiros. O projeto é voltado para o plantio de espécies nativas da Mata Atlântica no entorno do rio.

A Companhia também participa em conjunto com a SEMIL, na implantação do Parque "Bruno Covas", com extensão de aproximadamente 17 km, que integra o projeto Novo Rio Pinheiros. A iniciativa possibilitará a construção de nova área de lazer com extensão de 8,2 km, interligando outros parques públicos da região. O parque conta com nova ciclovia, pista de caminhada, espaços para exercícios físicos, alimentação e estacionamento, sem produzir ónus, vínculo ou receita para a Companhia.

Em 2022, a EMAE manteve seu compromisso com o meio ambiente, realizando práticas sustentáveis, como o gerenciamento responsável de resíduos e a remoção de detritos e vegetação flutuante. Além disso, a empresa continuou sendo uma importante parceira de projetos socioambientais relevantes, comprovando sua atenção à preservação do meio ambiente e à melhoria da qualidade de vida da população.

BALANÇO PATRIMONIAL PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E DE 2021 - Valores expressos em milhares de reais (R\$)

	Notas explicativas	Controladora		Consolidado		Notas explicativas	Controladora		Consolidado	
		31.12.22	31.12.21	31.12.22	31.12.21		31.12.22	31.12.21		
ATIVO										
CIRCULANTE										
Caixa e equivalentes de caixa	4	421.891	299.308	436.741	311.072					
Revendedores	5	41.229	36.492	46.173	40.946					
Ativo financeiro indenizável	11	12.394	9.064	12.394	9.064					
IR e CSLL a recuperar		808	3.954	415	3.591					
Tributos e contribuições sociais compensáveis		256	626	256	626					
Estoque		1.842	1.847	1.842	1.847					
Despesas antecipadas		3.919	659	3.919	917					
Arrendamento UTE Piratininga	6	139.937	132.732	139.937	132.732					
Ativo financeiro - Sabesp	23.1	8.323	7.868	8.323	7.868					
Cauções e depósitos vinculados	9	612	12.110	612	12.110					
Ativo não circulante mantido para venda	10	238.228	-	238.228	-					
Outros créditos	7	2.231	3.786	1.601	3.440					
		871.670	508.446	890.441	524.213					
NÃO CIRCULANTE										
Realizável a longo prazo										
Arrendamento UTE Piratininga	6	127.936	232.290	127.936	232.290					
Ativo financeiro - Sabesp	23.1	86.250	83.580	86.250	83.580					
Imposto de renda e contribuição social diferidos	8.2	18.687	124.665	18.687	124.665					
Cauções e depósitos vinculados	9	45.023	32.040	45.023	32.040					
Ativo financeiro indenizável	11	257.496	202.073	257.496	202.073					
Ativo reversível da concessão	12	195.374	195.374	195.374	195.374					
Investimentos	13	293.186	164.186	130.762	1.392					
Imobilizado	14	80.575	78.763	224.786	226.232					
Intangível		13.819	10.547	13.930	10.738					
		1.118.346	1.123.518	1.100.244	1.108.384					
TOTAL DO ATIVO		1.990.016	1.631.964	1.990.685	1.632.597					
PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO										
CIRCULANTE										
Fornecedores			9.633	6.225	10.124	6.713				
Folha de pagamento	16	3.783	4.724	3.783	4.724					
Obrigações estimadas - folha de pagamento	16	16.500	12.335	16.500	12.335					
Benefícios pós-emprego, previdência complementar	17	37.457	56.890	37.457	56.890					
Tributos e contribuições sociais		7.182	6.573	7.353	6.711					
Dividendos e juros sobre capital próprio	24.7	10.532	9.138	10.532	9.138					
Cauções e depósitos vinculados		-	11.639	-	11.639					
Encargos de uso da rede elétrica		-	180	-	180					
Outras obrigações - Investimentos na concessão	20	12.394	9.064	12.394	9.064					
Outras obrigações - Comgás	21	626	502	626	502					
Obrigações Especiais - RGR	19	1.801	1.801	1.801	1.801					
Obrigações Setoriais		899	2.647	906	2.654					
Outros passivos	22	5.093	6.836	5.093	6.836					
		106.080	128.545	106.749	129.178					
NÃO CIRCULANTE										
Exigível a longo prazo										
Benefícios pós-emprego, previdência complementar	17	262.035	395.592	262.035	395.592					
Provisões para riscos trabalhistas, cíveis e tributários	18.1	120.533	77.853	120.533	77.853					
Outras obrigações - Investimentos na concessão	20	359.167	274.347	359.167	274.347					
Outras obrigações - Comgás	21	11.851	9.924	11.851	9.924					
Obrigações Especiais - RGR	19	5.399	7.200	5.399	7.200					
Obrigações Setoriais		769	769	769	769					
		759.754	765.685	759.754	765.685					
PATRIMÔNIO LÍQUIDO										
Capital social	24	285.411	285.411	285.411	285.411					
Reservas de capital		387.130	387.130	387.130	387.130					
Outros resultados abrangentes	24.6	91.510	(259.534)	91.510	(259.534)					
Reservas de lucros		315.491	319.867	315.491	319.867					
Dividendo adicional proposto		44.640	4.860	44.640	4.860					
		1.124.182	737.734	1.124.182	737.734					
TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		1.990.016	1.631.964	1.990.685	1.632.597					

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADO - DRE

Valores expressos em milhares de reais (R\$), exceto lucro por ação

	Notas explicativas	Controladora		Consolidado	
		2022	2021	2022	2021
RECEITA LÍQUIDA	25	491.341	483.712	532.685	529.024
CUSTO DO SERVIÇO DE ENERGIA ELÉTRICA	26	(470.277)	(369.291)	(486.664)	(384.112)
LUCRO OPERACIONAL BRUTO		21.064	114.421	46.021	144.912
Receitas/Despesas Operacionais					
Despesas gerais e administrativas	26	(98.221)	(93.195)	(98.221)	(93.290)
Outras receitas e (despesas)	26	21.974	4.509	21.974	4.509
Equivalência Patrimonial em controlada		25.092	27.936	-	-
		(51.155)	(60.750)	(76.247)	(88.781)
LUCRO (PREJUÍZO) ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO		(30.091)	53.671	(30.226)	56.131
RESULTADO FINANCEIRO					
Receitas	27	53.870	30.827	56.043	31.684
Despesas	27	(765)	(909)	(766)	(2.510)
Variações monetárias líquidas	27	53.135	104.825	53.135	104.825
		106.240	134.743	108.412	133.999
LUCRO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		76.149	188.414	78.186	190.130
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL					
Correntes	8.1/8.2	(82.996)	(77.291)	(85.033)	(79.007)
Diferidos	8.1/8.2	74.862	38.795	74.862	38.795
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	24.2	68.015	149.918	68.015	149.918
LUCRO ATRIBUÍVEL A:		68.015	149.918	68.015	149.918
Acionistas controladores e não controladores					
LUCRO BÁSICO POR:					
Ação preferencial	24.2	R\$ 1,90999	R\$ 4,20997	R\$ 1,90999	R\$ 4,20997
Ação ordinária	24.2	R\$ 1,73635	R\$ 3,82725	R\$ 1,73635	R\$ 3,82725

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS ABRANGENTES

Valores em milhares de reais (R\$)

	Lucro líquido do exercício	Controladora e Consolidado	
		2022	2021
		68.015	149.918
Itens que não serão reclassificados posteriormente para o resultado			
Ajuste de elementos do Ativo			368.965
Ajuste de elementos do Passivo			162.920
Eleito de imposto de renda e contribuição social			(180.841)
Total do resultado abrangente do exercício		419.059	76.507

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DE FLUXOS DE CAIXA (MÉTODO INDIRETO)

Valores em milhares de reais (R\$)

	Controladora		Consolidado	
	31.12.22	31.12.21	31.12.22	31.12.21
Atividades operacionais				
Resultado do exercício	68.015	149.918	68.015	149.918
Resultado de equivalência patrimonial	(25.092)	(27.936)	-	-
Depreciação/amortização	1.567	1.490	5.824	5.746
Indenizações - desapropriações	(2.048)	(10.953)	(2.048)	(10.953)
Despesa de entidade de plano de previdência	66.501	31.744	66.501	31.744
Perda estimada na realização de créditos de liquidação duvidosa	478	807	504	807
Provisões para riscos trabalhistas, cíveis e tributários	49.961	27.796	49.961	27.796
Tributos diretos	11	35.235	1.592	36.500
Apropria				

* continuação

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FIMOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021
 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Nesta seção são apresentadas as Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021. Os valores estão expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Empresa Metropolitana de Águas e Energia S.A. ("EMA E" ou "Companhia"), é uma sociedade por ações de economia mista, de capital aberto, com sede na cidade de São Paulo e suas ações são negociadas na B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão. O Governo do Estado de São Paulo, por meio da Fazenda do Estado de São Paulo, detém 97,61% das ações ordinárias da Companhia. Em relação às ações preferenciais, merece destaque a Eletrobrás - Centrais Elétricas Brasileiras S.A. que em 31 de dezembro de 2022 detém 64,82% das ações PN.

A Companhia tem como atividades principais o planejamento, construção, operação e manutenção de sistemas de produção e a comercialização de energia elétrica.

Como concessionária de serviço público de geração de energia elétrica, a EMA E tem suas atividades reguladas e fiscalizadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, vinculada ao Ministério de Minas e Energia - MME.

Usinas Hidrelétricas em Regime de Cotas

A EMA E opera o complexo hidroenergético Henry Borden, que compreende as estruturas do canal Pinheiros, os reservatórios e respectivos barramentos e estruturas de controle e vertimento, Guarapiranga, Billings e Rio das Pedras, na Região Metropolitana de São Paulo, e a usina hidrelétrica Henry Borden, no município de Cubatão, e as usinas hidrelétricas - UHEs Rasgão, no município de Pirapora do Bom Jesus, e Porto Góes, no município de Salto, ambas no Rio Tietê.

Com a Medida Provisória 579 de 2012, convertida na lei nº 12.783 de 11 de janeiro de 2013, a EMA E celebrou com a União, em 4 de dezembro de 2012, o 2º Termo Aditivo ao Contrato de Concessão nº 02/2004-ANEEL, prorrogando até 30 de novembro de 2042 as concessões relativas ao complexo Henry Borden e as usinas hidrelétricas Rasgão e Porto Góes. Em 7 de outubro de 2022 foi assinado o 3º Termo Aditivo ao contrato tendo como objeto adequar o referido contrato de modo a formalizar a extensão do prazo de vigência da outorga de concessão das Usinas Hidrelétricas Henry Borden e Porto Góes, prorrogando até 7 de janeiro de 2043 a concessão da Usina Henry Borden e até 24 de janeiro de 2043 a concessão da Usina Porto Góes.

Por consequência, desde janeiro de 2013, toda garantia física e potência dessas usinas da Companhia passou a ser alocada em regime de cotas às concessionárias de serviço público de distribuição de energia elétrica, sendo cada usina remunerada por Receita Anual de Geração (RAG) e submetida aos padrões de qualidade.

A RAG é calculada pela ANEEL, reajustada anualmente e revisada a cada 5 (cinco) anos. A tarifa resultante tem por objetivo cobrir a remuneração e os custos de operação, manutenção, administração, tributos e encargos setoriais como conexão e uso dos sistemas de transmissão e distribuição, taxa de fiscalização dos serviços de energia elétrica, pesquisa e desenvolvimento - P&D e compensação financeira pelo uso dos recursos hídricos. Na revisão tarifária de 2018, o valor da RAG passou a considerar também os investimentos em melhorias dos ativos da concessão de cada usina. Além disso, para as geradoras no regime de cotas, não há encargos em função dos riscos hidrológicos, pois estes são assumidos pelas distribuidoras que recebem as cotas de energia e potência.

Em 12 de julho de 2022 foi publicada a Resolução Homologatória nº 3.068, que homologou as Receitas Anuais de Geração das usinas hidrelétricas em regime de cotas para o ciclo 2022-2023 nos termos da Lei nº 12.783/2013, com vigência de 1º de julho de 2022 até 30 de junho de 2023 (Nota 30 c).

PCH Pirapora

A Pirapora Energia S.A., uma subsidiária integral da Companhia, é uma Sociedade de Propósito Específico criada para construir e operar a Pequena Central Hidrelétrica (PCH) Pirapora. Autorizada pela Resolução Autorizativa ANEEL nº 1.429, de 24 de junho de 2008, alterada pela Resolução Autorizativa ANEEL nº 10.972, de 14 de dezembro de 2021, com prazo de vigência até 31 de dezembro de 2044. A PCH possui duas unidades geradoras que totalizam 25 MW de potência instalada, com 17 MW de garantia física.

Em 2010, a empresa comercializou 16 MW no lote ANEEL nº 03/2010, resultando em Contratos de Comercialização de Energia Elétrica no Ambiente Regulado (CCEARs) com 27 distribuidoras. O período de suprimento iniciou em 01 de janeiro de 2015 e terminará em 31 de dezembro de 2044, e o valor de venda é atualizado pela variação do IPCA na data-base de reajuste de cada distribuidora.

De acordo com a autorização, ao final do prazo de vigência, os bens e instalações vinculados serão revertidos à União mediante indenização ou a autorizada poderá ser obrigada a restabelecer, por conta própria, o livre escoamento das águas.

Usina Termelétrica Piratinga

Adicionalmente à atividade de geração, a Companhia arrendou os ativos da Usina Termelétrica Piratinga ("UTE Piratinga") em 27 de abril de 2007 para a Petróleo Brasileiro S.A. ("Petrobras") que a opera em conjunto com a usina Fernando Gasparian, construída pela Petrobras em área da EMA E, aumentando a eficiência de ambas. O contrato tem prazo de 17 anos e, na ocasião, foi firmado também um contrato de serviços de operação e manutenção da usina Piratinga pela EMA E.

A usina arrendada possui quatro unidades geradoras sendo que apenas duas estão em atividade, integradas à operação em ciclo combinado, atendendo aos despacho do Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS) desde 7 de agosto de 2017.

Expansão de Geração de Energia Elétrica

A EMA E foi autorizada por meio da Lei Estadual nº 14.150 de 23 de junho de 2010 a constituir subsidiárias para explorar fontes alternativas ou renováveis para geração de energia e pode participar minoritariamente ou majoritariamente, do capital social de companhias públicas ou privadas, ou com elas associar-se para o desenvolvimento das atividades inseridas em seu objeto social.

a. Hidrelétricas

O contrato de concessão da UHE Edgard de Souza expirou em 2018, e a Portaria nº 313, de 30 de junho de 2018, dispensou a reversão dos bens vinculados à concessão dessa UHE, permitindo que a EMA E tenha livre disponibilização dos mesmos.

Considerando o Inventário de Aproveitamentos Hidrelétricos da cascata do rio Tietê, a EMA E iniciou tratativas com o Poder Concedente e registrou seu interesse no aproveitamento hidroenergético Edgard Souza, o que foi homologado em abril de 2019.

Em novembro de 2022, a companhia obteve o DRS, Despacho de Registro de Adequabilidade do Sumário Executivo, considerando potência a ser instalada de 18 MW o que permite a busca do licenciamento ambiental e da outorga de recursos hídricos para o projeto de motorização da estrutura.

b. Fotovoltaica Flutuante

A partir de Chamadas Públicas, em 2020 e 2021, a EMA E estabeleceu consórcios com empresas privadas para o desenvolvimento e a instalação de empreendimentos fotovoltaicos flutuantes, com capacidade total de 160 MW, no reservatório Billings, localizado na cidade de São Paulo.

A potencial receita dessa iniciativa se dará por meio de participação da EMA E em futuras SPEs que explorarão comercialmente centrais flutuantes de geração de energia elétrica que serão conectadas à rede de distribuição de energia na modalidade de geração distribuída. Nesse modelo, o aporte do direito de uso da superfície do reservatório dará, para a EMA E, aproximadamente 5% de participação no capital das SPEs, tendo a companhia a opção de aumentar sua participação até 49% através de aportes financeiros. Os parceiros serão responsáveis pelo CAPEX e pela operação dos futuros empreendimentos.

c. Fonte Térmica

Em 24 de julho de 2019 o Conselho Estadual do Meio Ambiente (CONSEMA) aprovou a viabilidade ambiental do empreendimento "Substituição Tecnológica das unidades 1 e 2 da usina Termelétrica Piratinga UTE - STP" com capacidade de até 2,5 GW em ciclo combinado.

A aprovação pelo CONSEMA permitiu a expedição da licença ambiental prévia pela CETESB, no dia 25 de julho de 2019, possibilitando que a EMA E participe dos leilões de energia, que serão promovidos pelo Ministério de Minas e Energia (MME).

Visando a estruturação e implantação do empreendimento, a EMA E firmou parceria, através da Chamada Pública 01/2015, com o Consórcio GASEN que foi sucedido, em 2022, pela empresa EDGE S.A..

Aproveitamento do Patrimônio Imobiliário
a. Concessão de áreas adjacentes à Usina São Paulo para exploração comercial

A EMA E concedeu um conjunto de áreas adjacentes à Usina São Paulo para exploração comercial. A proposta declarada vencedora foi apresentada pelo Conselho de Administração da Usina São Paulo, considerando o pagamento de outorga fixa no valor de R\$ 280,05 milhões, acrescida do pagamento referente à outorga variável, calculada sobre o faturamento bruto mensal do futuro empreendimento. O período de recebimento da parcela referente à outorga fixa está previsto de jul/2024 a dez/2044 e o referente à outorga variável será de acordo com os seguintes percentuais calculados sobre o faturamento bruto do projeto: 4% (de dez/2022 a nov/2025), 6% (de dez/2025 a nov/2028), 8% (de dez/2028 até o fim do contrato).

Impactos do Covid-19 na Companhia

Em razão do Ofício Circular/CVM/SNC/SEP/número 02/2020, emitido em 10 de março de 2020, a Companhia considerou os possíveis impactos em seus negócios decorrentes da pandemia causada pelo Covid-19 e não identificou efeitos econômicos para registro contábil em suas demonstrações financeiras em 2022.

Ofício Circular nº 1/2023/CVM/SNC/SEP

Em atendimento ao Ofício Circular nº 1/2023/CVM/SNC/SEP, de 13 de fevereiro de 2023, informamos que a decisão do Supremo Tribunal Federal, de 8 de fevereiro de 2023, que alterou o entendimento da corte em questões tributárias transitadas em julgado, não afeta as demonstrações financeiras ou a destinação do resultado EMA E.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
2.1. Declaração de Conformidade

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e nos Pronunciamentos, nas Orientações e nas Interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC") e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC e pela Comissão de Valores Mobiliários ("CVM"). As informações relevantes próprias das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

A emissão das demonstrações financeiras individuais e consolidadas foi autorizada em Reunião de Diretoria ocorrida em 10 de março de 2023. Em seguida foram apreciadas pelo Comitê de Auditoria, Conselho Fiscal e submetidas ao Conselho de Administração. Após a sua emissão, somente o Conselho de Administração tem a prerrogativa para alterá-las.

2.2 Moeda Funcional e Base de Apresentação

Estas demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão apresentadas em reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os valores estão apresentados em milhares de reais e foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

2.3. Uso de Estimativas e Julgamentos

Na preparação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Administração definiu premissas, com base no seu melhor julgamento das informações disponíveis à época e elaborou estimativas para calcular determinados valores reportados como ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir destas estimativas. As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua e à medida que novos fatos ou informações estejam disponíveis os valores das estimativas são recalculados. Os impactos dessas revisões são reconhecidos.

As informações sobre os principais julgamentos e estimativas cujos valores reconhecidos são significativos nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- Nota 3.14 - Redução ao valor recuperável de ativos;
- Nota 6 - Arrendamento: determinação se um contrato contém um arrendamento;
- Nota 7 - Perdas estimadas na realização de créditos de liquidação duvidosa;
- Nota 11 - Apreciação do ativo financeiro indenizável;
- Nota 12 - Ativo reversível da concessão;
- Nota 13 - Investimentos
- Nota 14 - Imobilizado: avaliação da vida útil e análise de impairment
- Nota 17 - Benefícios pós-emprego, previdência complementar;
- Nota 18.1 - Reconhecimento e mensuração da provisão para riscos trabalhistas, cíveis e tributários;
- Nota 20 - Outras Obrigações - Investimentos na concessão;
- Nota 29 - Instrumentos financeiros.

2.4 Base de Mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, com exceção do ativo ou passivo líquido de benefício definido do plano de previdência a empregados, é reconhecido como o valor justo dos ativos do plano, deduzido do valor presente da obrigação do benefício definido, e é limitado conforme explicado na Nota 17; e propriedades para investimento reconhecidas a valor justo a partir destas demonstrações financeiras conforme nota explicativa nº 13.

2.5 Demonstrações Financeiras Consolidadas

As demonstrações financeiras consolidadas incluem as informações financeiras da Companhia e da sua controlada Pirapora Energia S.A. - O exercício social da controlada incluída na consolidação coincide com o da controladora. As políticas contábeis adotadas pela controlada são aplicadas de forma uniforme com aquelas utilizadas pela controladora e são consistentes com aquelas utilizadas no exercício anterior. Os principais procedimentos de consolidação foram: (a) eliminação dos saldos das contas de ativos e passivos entre as Companhias consolidadas; e (b) eliminação das participações da controladora no patrimônio líquido da controlada.

2.6 Demonstração do Valor Adicionado ("DVA")

Essa demonstração tem por finalidade evidenciar o valor adicionado gerado pela Companhia e sua controlada, bem como a sua distribuição durante o exercício e é apresentada como informação requerida pela legislação societária brasileira, com base nas orientações do CPC 09 Demonstração do Valor Adicionado, e como informação suplementar para fins da IAS 34.

2.7 Informações por Segmento

A Diretoria Colegiada da Companhia realiza o acompanhamento e a revisão das operações da Companhia e de sua controlada de forma integrada, considerando a existência de um único segmento que é o de geração de energia.

Dessa forma não são apresentadas informações por segmento, uma vez que elas são similares às apresentadas na Demonstração do Resultado Consolidado.

2.8 Alteração na prática contábil

A partir de 30 de setembro de 2022 a Companhia passou a reconhecer seus ativos classificados no subgrupo Propriedades para Investimento ao seu valor justo. Tal prática é permitida e incentivada conforme descrito no item 32 do CPC 28 - Propriedades para Investimento.

3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS
3.1 Receita operacional

As fontes de receita operacional da Companhia e sua controlada referem-se a:

Regime de cotas

A Receita Anual de Geração (RAG) das usinas objeto do segundo termo aditivo ao contrato de concessão remunerar os serviços de operação e manutenção, os investimentos realizados, investimentos a realizar e os encargos setoriais. A RAG relativa aos serviços de operação e manutenção e aos encargos setoriais é reconhecida mensalmente no resultado à razão de 1/12 avos, de forma a permitir sua confrontação com os custos e despesas dos serviços de operação e manutenção e dos encargos realizados no mesmo período. O recebimento dessas cotas ocorre em bases mensais na mesma proporção da receita reconhecida.

Renda da prestação de serviços

A Companhia possui contrato de prestação de serviço:

- Operação da UTE Piratinga;
 - Operação e manutenção da Estação de Bombeamento Eduardo Yassuda.
- A Companhia reconhece a receita à medida que os serviços contratados são realizados.

Receitas relativas à construção de ativos da Concessão

A proposta adotada pela ANEEL na revisão periódica de 2018 incluiu na Receita, parcela destinada à implantação de melhorias (GAG melhorias), com o objetivo de aumentar os níveis de qualidade do serviço e, portanto priorizar a segurança energética do Sistema Interligado Nacional (SIN).

Essa parcela está associada ao atendimento dos índices de qualidade exigidos no Contrato de Concessão e no seu valor estão compreendidas a troca e modernização de todos os equipamentos hidráulicos e eletromecânicos, bem como os custos de investimentos relativos à dispêndios socioambientais e de demandas da Administração, até o final da concessão.

Os custos relacionados à troca e modernização dos equipamentos hidráulicos e eletromecânicos estão sendo provisionados na conta "Outras Obrigações - Investimento no Contrato de concessão", de acordo com o critério previsto no item 21 da IOPC 01 - Contratos de Concessão, com base em estimativa dos investimentos necessários e prudentes elaborada pela Administração e aprovada pelo Conselho de Administração da Companhia.

3.2 Receitas e despesas Financeiras

As receitas e despesas com juros são reconhecidas no resultado à medida que as receitas são auferidas ou os juros são incorridos. As variações monetárias são apropriadas ao resultado de acordo com a variação dos índices de atualização monetária no período de competência.

3.3 Previdência a Empregados

A) Benefícios de curto prazo a colaboradores
As despesas com benefícios de curto prazo a colaboradores são reconhecidas no resultado, na rubrica de entidade de previdência a empregados, à medida que o serviço correspondente é prestado.

B) Plano de contribuição definida

As obrigações por contribuição ao plano de contribuição definida são reconhecidas no resultado, na rubrica Entidade de previdência a empregados.

C) Planos de benefício definido

A obrigação líquida da Companhia dos planos de benefício definido é calculada individualmente para cada plano através da estimativa do valor do benefício futuro que os empregados receberão como retorno pelos serviços prestados no período atual e em períodos anteriores. Esse benefício é descontado ao valor presente para determinar a obrigação da Companhia na data do encerramento de cada exercício, o qual é apresentado pelo valor líquido de quaisquer custos de serviços passados não reconhecidos e do valor justo de quaisquer ativos do plano.

O cálculo da obrigação do plano de benefício definido é realizado por atuário qualificado.

Mensurações da obrigação líquida de benefício definido que incluem: ganhos e perdas atuariais, o retorno dos ativos do plano (excluindo juros) e o efeito do teto do ativo (se houver, excluindo juros), são reconhecidos diretamente em outros resultados abrangentes, no patrimônio líquido. Juros líquidos e outras despesas relacionadas aos planos de benefícios definidos são reconhecidos no resultado.

3.4 Tributos e encargos setoriais sobre vendas e serviços

Os principais tributos que incidem sobre as receitas de vendas e serviços são os seguintes:

Imposto Sobre Serviços (ISS) - de 2% até 5%, incidentes sobre serviços de qualquer natureza;
Programa de Integração Social (PIS) - 1,65% para cotas de energia elétrica, RAG e sobre a prestação de serviços;
Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (COFINS) - 7,60% sobre as cotas de energia elétrica, RAG e sobre a prestação de serviços;
P&D - Programa de pesquisa e desenvolvimento - corresponde a 1% da receita operacional líquida de geração, conforme determinação da ANEEL.

Esses tributos e encargos são deduzidos das receitas de vendas e serviços, as quais estão apresentadas na demonstração de resultado pelo seu valor líquido. Os créditos de PIS e COFINS não cumulativos, sobre custos e despesas operacionais, são apresentados como redutores destes grupos de contas na demonstração do resultado.

3.5 Imposto de Renda e Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido, são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente a R\$ 240, para imposto de renda e de 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido e quando aplicável, consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro tributável do exercício.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende o imposto de renda e a contribuição social corrente e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são registrados no resultado a menos que estejam relacionados a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

Os impostos a recolher ou a recuperar, correntes e diferidos, são compensados somente se certos critérios permitidos legalmente forem atendidos.

A Controlada Pirapora Energia S.A. optou nos exercícios de 2022 e 2021 pela tributação através do Lucro Presumido.

Despesas de imposto de renda e contribuição social corrente

A despesa de imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O montante dos impostos correntes a pagar ou a receber é reconhecido pela Companhia, no balanço patrimonial na rubrica "Imposto de renda e contribuição social a recuperar ou a recolher" pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos a serem pagos ou recebidos, o qual reflete as incertezas, se houver, na sua apuração. Ele é mensurado com base nas alíquotas de impostos vigentes na data do balanço.

Despesas de imposto de renda e contribuição social diferido

Ativos e passivos fiscais diferidos são reconhecidos com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos apurados de acordo com a legislação societária e os apurados de acordo com a legislação tributária. As mudanças dos ativos e passivos fiscais diferidos no exercício são reconhecidas como despesa ou crédito de imposto de renda e contribuição social diferida.

Um ativo fiscal diferido é reconhecido em relação aos prejuízos fiscais e diferenças temporárias não utilizadas, na extensão em que seja provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis, contra os quais serão utilizados. Ativos fiscais diferidos são revisados a cada data de balanço e podem ser reduzidos na extensão em que sua realização não seja mais provável.

Ativos e passivos fiscais diferidos são mensurados com base nas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando elas forem revertidas, baseando-se nas alíquotas que estavam vigentes até a data do balanço.

A mensuração dos ativos e passivos fiscais diferidos reflete as consequências tributárias decorrentes da maneira sob a qual a Companhia espera recuperar ou liquidar seus ativos e passivos.

3.6 Estoque

Os materiais em estoque nos almoxarifados são classificados no ativo circulante (quando para manutenção) e no ativo imobilizado em curso (quando destinados a obras) e estão registrados ao custo médio de aquisição.

3.7 Arrendamentos para terceiros

A Companhia possui um contrato de arrendamento para terceiros, o qual, na data de seu início foi classificado como arrendamento mercantil financeiro em razão de transferir substancialmente todos os riscos e benefícios inerentes à propriedade legal para o arrendatário. Os recebimentos do arrendamento mercantil são tratados como amortização das contas a receber.

O reconhecimento da receita financeira baseia-se na taxa de retorno periódica constante sobre o investimento líquido da Companhia no arrendamento mercantil financeiro.

3.8 Ativo financeiro indenizável

O escopo da Interpretação Técnica ICPC 01 (R1) - Contratos de Concessão. A ICPC 01 (R1) indica as condições para a contabilização de concessões de serviços públicos a operadores privados, no caso da Companhia, especificamente relacionados com os investimentos na infraestrutura da concessão realizados após a renovação da concessão em 2012, os quais estão classificados como ativo financeiro por ser um direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro diretamente do poder concedente, conforme previsto na cláusula 7ª, subcláusula 2ª e 4ª do segundo termo aditivo ao contrato de concessão nº 02/2004 - ANEEL.

O Ativo financeiro Indenizável é amortizado de acordo com o prazo remanescente da concessão concomitantemente à redução na provisão constituída na rubrica de Outras Obrigações - Investimento na Concessão.

3.9 Ativo reversível da concessão

Em 4 de dezembro de 2012, as concessões das usinas de Henry Borden, Rasgão e Porto Góes foram renovadas e, de acordo com a Lei 12.783, no momento da renovação da concessão, os ativos da concessão foram revertidos para a União mediante indenização, cujo valor está em processo de definição pelo Poder Concedente.

A Companhia mantém registrados, na rubrica ativo reversível da concessão, os ativos mensurados ao seu valor contábil residual na data de 31 de dezembro de 2012, ou seja, pelo valor reclassificado da rubrica ativo imobilizado.

3.10 Investimentos

A companhia possui dois tipos de investimentos:

- Participação acionária integral em controlada reconhecida pelo método da equivalência patrimonial.
- Bens corpóreos destinados à obtenção de renda ou valorização do capital reconhecidos a valor justo.

3.11 Imobilizado
A) Reconhecimento e mensuração

A Companhia e sua controlada reconhecem os gastos com investimentos no ativo imobilizado se for provável que o bem tangível tenha vida útil econômica superior a um ano e se espera que venham trazer benefícios econômicos futuros para a Companhia. Os itens do imobilizado são mensurados pelo custo de aquisição ou construção, deduzidos de quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável, quando aplicável.

Quando partes significativas de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens separados (componentes principais) de imobilizado.

Quaisquer ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são reconhecidos no resultado.

B) Gastos subsequentes

Gastos subsequentes são capitalizados apenas quando for provável que benefícios econômicos futuros sejam auferidos pela Companhia e sua controlada.

C) Depreciação

A depreciação é calculada pelo método linear, com base na vida útil dos ativos imobilizados estabelecida pela ANEEL. A determinação da depreciação sobre o imobilizado de Pirapora levou em consideração a melhor estimativa de sua Administração quanto ao direito de indenização dos ativos remanescentes, inclusive o projeto básico de geração, não amortizados ao final da autorização. As taxas médias anuais de depreciação estão apresentadas na Nota 14.

3.12 Intangível
Reconhecimento e mensuração

A Companhia reconhece os gastos com investimentos no ativo intangível se estes resultem de direitos contratuais ou de outros direitos legais que trarão benefícios econômicos futuros. Os itens do intangível são mensurados pelo custo de aquisição ou desenvolvimento, deduzidos de quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável, quando aplicável.

Amortização

A amortização é calculada pelo método linear.

3.13 Instrumentos financeiros

A Companhia e sua controlada classificam seus instrumentos financeiros pelo custo amortizado. Os instrumentos financeiros classificados como "custo amortizado" são registrados inicialmente pelo seu valor justo acrescidos dos custos de transação e mensurados posteriormente utilizando o método de juros efetivos, deduzidos de qualquer perda por redução do valor recuperável.

3.14 Redução ao valor recuperável de ativos
Ativos financeiros

Ativos financeiros incluindo investimentos contabilizados pelo método da equivalência patrimonial são avaliados em cada data das Demonstrações Financeiras anuais para determinar se há evidência objetiva de perda no valor recuperável. A estimativa para redução ao valor recuperável de ativos financeiros está apresentada na Nota 7.

Ativos não financeiros

Os valores contábeis de ativos não financeiros da Companhia, são revisados a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o ativo é submetido a teste para confirmar a recuperação de seu valor contábil seja por venda ou por uso. Uma perda por redução no valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo exceder o seu valor recuperável.

O valor recuperável de um ativo é o maior entre o valor em uso e o valor justo menos custos para vender. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontado ao seu valor presente usando uma taxa de desconto antes de impostos que reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo.

3.15 Provisões para riscos trabalhistas, cíveis e tributários



EMAE - Empresa Metropolitana de Águas e Energia S.A.
CNPJ 02.302.101/0001-42 - Empresa Aberta
http://www.emae.com.br

Secretaria de Meio Ambiente, Infraestrutura e Logística

SÃO PAULO GOVERNO DO ESTADO

* continuação

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Demonstração da movimentação do arrendamento UTE Piratininga:

Conta	Controladora e Consolidado				Saldo 31.12.22
	Saldo 31.12.21	Transferências	Encargos Financeiros	Recebimento	
ATIVO					
Circulante	132.732	149.839	9.766	(152.400)	139.937
Não Circulante	232.290	(149.839)	45.485	—	127.936
	365.022	—	55.251	(152.400)	267.873

Demonstração de conciliação dos valores do arrendamento:

	Controladora e Consolidado	
	31.12.22	31.12.21
Valor nominal do contrato	765.000	765.000
Receita financeira não realizada (a)	(9.381)	(19.147)
Varição monetária	738.167	692.682
Recebimentos	(1.225.913)	(1.073.513)
	267.873	365.022

(a) Referem-se aos juros ainda não realizados do contrato de arrendamento, inerentes aos recebimentos das parcelas futuras.

Valor presente das parcelas de longo prazo a serem recebidas até o final do contrato, por ano de vencimento:

Conta	Controladora e Consolidado	
	31.12.22	31.12.21
Não circulante		
2024		127.936

7. OUTROS CRÉDITOS

Circulante	Controladora		Consolidado	
	31.12.22	31.12.21	31.12.22	31.12.21
Serviços em curso (a)	—	2.467	—	2.467
Valores a receber - Energia Livre (b)	4.144	4.144	4.144	4.144
Funcionários cedidos (c)	1.404	1.546	1.404	1.546
Perdas estimadas na realização de créditos de liquidação duvidosa (d)	(6.925)	(7.433)	(6.925)	(7.433)
Pirapora Energia S.A. compartilhamento de custos	651	346	651	346
Petrobrás - Operação	805	1.462	805	1.462
Aluguéis	217	201	217	201
Eduardo Yassuda O&M	768	—	768	—
Multas contratuais (e)	626	512	626	512
Convênio SEEM - atual SEMIL (Nota 23.3)	529	529	529	529
I - Rec (f)	—	—	21	—
Sucata (g)	12	12	12	12
	2.231	3.786	1.601	3.440

a) Referem-se a gastos incorridos pela EMAE decorrentes da aplicação em projetos de pesquisa e desenvolvimento, em cumprimento à Lei nº 9.991, de 24 de julho de 2000;

b) Em decorrência do mandato de segurança nº 43739-91.2010.4.01.3400, impetrado pela Associação Brasileira de Distribuidores de Energia Elétrica - ABRADEE, em 15 de setembro de 2010, que através de liminar suspendeu a cobrança do valor da RTE - Recomposição Tarifária Extraordinária. A EMAE constituiu perda estimada na realização de créditos de liquidação duvidosa sobre o saldo integral do contas a receber de RTE contabilizado e ainda não recebido;

c) Referem-se a valores a receber pela cessão de funcionários a entidades do Governo do Estado de São Paulo. Os valores vencidos há mais de 360 dias encontram-se provisionados na rubrica "Perdas estimadas na realização de créditos de liquidação duvidosa";

d) O saldo das perdas estimadas na realização de créditos de liquidação duvidosa em 31 de dezembro de 2022 correspondente a R\$ 6.925, sendo composto por: R\$ 1.404, funcionários cedidos; R\$ 4.144, RTE; R\$ 624, multas contratuais; R\$ 529, Convênio SEEM; R\$ 183, Operação e Manutenção Eduardo Yassuda e R\$ 41 referente a locações e aluguéis; Em 2022 a EMAE recebeu da Secretaria da Justiça e da Defesa o montante de R\$ 101 referente a remuneração dos colaboradores cedidos entre o período de outubro de 2014 à maio de 2015. Em razão dos valores terem sido registrados como perdas estimadas em exercícios anteriores, a Companhia reconheceu a reversão no resultado de 2022.

e) Referem-se a valores cobrados de terceiros em razão de atrasos na execução de obras, entrega de bens e outros.

f) Referem-se ao direito pela venda de certificados internacionais de Energia Renovável - I- REC.

g) Referem-se a bens desmobilizados na modernização da ETU - Estação de Transformação da Usina São Paulo registrados a valor contábil que serão vendidos por meio de processo licitatório.

8. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL CORRENTE E DIFERIDO

8.1 Conciliação de Imposto de Renda e Contribuição Social no Resultado

	Controladora		Consolidado		Controladora		Consolidado	
	31.12.22	31.12.21	31.12.22	31.12.21	31.12.22	31.12.21	31.12.22	31.12.21
Lucro antes dos impostos e contribuições	76.149	188.414	78.186	190.130	76.149	188.414	78.186	190.130
Alíquota vigente	25%	25%	25%	25%	9%	9%	9%	9%
Expectativa de despesa de acordo com a alíquota vigente	(19.037)	(47.104)	(19.547)	(47.533)	(6.853)	(16.957)	(7.037)	(17.112)
a) Efeito do IRPJ e da CSLL sobre as diferenças permanentes								
Equivalência patrimonial em controlada	6.273	6.984	—	—	2.257	2.514	—	—
Juros sobre o Capital Próprio	4.994	9.043	4.994	9.043	1.798	3.255	1.798	3.255
Incentivos fiscais	2.788	3.099	2.788	3.099	—	—	—	—
Outros	(254)	499	(254)	499	(100)	171	(100)	171
b) Efeito regime lucro presumido de controlada								
Pirapora Energia S.A.	—	—	5.405	6.282	—	—	1.782	2.084
Imposto de Renda e Contribuição Social contabilizado	(5.236)	(27.479)	(6.614)	(28.610)	(2.898)	(11.017)	(3.557)	(11.602)
Corrente	(60.282)	(55.636)	(61.660)	(56.787)	(22.714)	(21.655)	(23.373)	(22.240)
Diferido	55.046	28.157	55.046	28.157	19.816	10.638	19.816	10.638
Alíquota efetiva	7%	15%	8%	15%	4%	6%	5%	6%

8.2 Composição dos impostos diferidos

	ATIVO		PASSIVO	
	Controladora e Consolidado	31.12.22	31.12.21	Controladora e Consolidado
Imposto de Renda				
Provisões temporariamente indedutíveis (a)	—	125.952	93.281	—
Obrigação fiscal diferida arrendamento (b)	—	—	—	53.906
Obrigação fiscal diferida Sabesp (c)	—	—	—	23.643
Ativo fiscal diferido ORA (d)	57.579	98.308	—	—
Passivo fiscal diferido ORA (e)	—	—	92.241	—
Contribuição Social				
Provisões temporariamente indedutíveis (a)	—	45.342	33.581	—
Obrigação fiscal diferida arrendamento (b)	—	—	—	19.406
Obrigação fiscal diferida Sabesp (c)	—	—	—	8.511
Ativo fiscal diferido ORA (d)	20.728	35.391	—	—
Passivo fiscal diferido ORA (e)	—	—	33.207	—
Compensação entre Ativos e Passivos (f)	—	—	—	—
		249.601	260.561	230.914
		(230.914)	(135.896)	(230.914)
		18.687	124.665	—

a) Referem-se a créditos compensáveis com lucros tributáveis futuros, calculados sobre provisões temporariamente indedutíveis onde se destacam a provisão para investimentos na Concessão, contingências trabalhistas, cíveis e tributárias e a perda estimada na realização de créditos de liquidação duvidosa;

b) Refere-se ao registro de imposto de renda e contribuição social diferidos, calculados sobre o ganho na operação de arrendamento da UTE Piratininga (Nota 6);

c) Refere-se ao registro de imposto de renda e contribuição social diferidos, calculados sobre o Ativo financeiro Sabesp (Nota 23.1);

d) Refere-se a ativo fiscal diferido sobre o plano de benefício definido (Nota 17);

e) Refere-se ao reconhecimento de imposto de renda e contribuição social diferidos, calculados sobre ajuste a valor justo de elementos do ativo;

f) Refere-se à compensação entre ativos e passivos diferidos. Salienta-se que até 2017, a Companhia registrou um total de imposto de renda e contribuição social diferidos ativos limitado a 30% do passivo fiscal diferido. A partir de 2018, a Administração da Companhia elaborou a projeção de resultados tributáveis futuros demonstrando a capacidade de realização desses créditos tributários nos exercícios indicados, a qual foi aprovada pelo Conselho da Administração. Os ativos diferidos são revisados a cada encerramento do exercício e podem ser reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável.

Com base no estudo técnico das projeções de resultados tributáveis, a Companhia estima recuperar o crédito tributário nos seguintes exercícios:

2023	12.775
2024	8.792
2025	8.792
2026	8.792
2027	8.792
2028 até 2042	123.351
	171.294

O montante de R\$ 171.294 corresponde à soma das provisões temporariamente indedutíveis de Imposto de Renda e Contribuição Social, alínea (a) Nota 8.2.

9. CAUÇÕES E DEPÓSITOS VINCULADOS

Circulante	Controladora e Consolidado	
	31.12.22	31.12.21
Depósitos vinculados (a)	612	12.110
	612	12.110
Não circulante		
Depósitos judiciais (b)	45.023	32.040
	45.023	32.040
	45.635	44.150

a) O valor em 31 de dezembro de 2022 corresponde a duas cauções sendo: caução contratual pago à ANEEL, em Outubro de 2018 e abril de 2019, vinculado à Usina Edgard de Souza; e a caução contratual relativa a operação e manutenção da estação de bombeamento Eduardo Yassuda.

Em 18 de junho de 2022 a Companhia resolveu, junto à Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE, pendência antiga referente à Conta de Consumo de Combustíveis - CCC pela venda do estoque do óleo combustível, no valor de R\$ 15.563.

b) Trata-se de depósitos iniciais ou recursais envolvendo diversos processos cíveis, trabalhistas e tributários da Companhia. A EMAE questiona a legitimidade de determinadas ações e, por ordem judicial ou por estratégia da própria Administração, os valores foram depositados em juízo.

10. ATIVO NÃO CIRCULANTE MANTIDO PARA VENDA

Classificam-se nesta rubrica os Ativos não circulantes de propriedade da EMAE que serão alienados por meio de processo licitatório no exercício de 2023. Durante o ano a Companhia, com base em Laudos de instituições certificadas, registrou a valor justo, três imóveis, Espaços A e C vinculados a Usina São Paulo, terreno Parque Villa Lobos, objeto de permuta com o Edifício situado na Rua Augusta, e Bota-Fora 14, dos quais apenas os Espaços A e C vinculados a Usina São Paulo permanecem classificados na rubrica Investimento sendo os demais realocados para a rubrica Ativo não circulante mantido para a venda após deliberação em reunião do Conselho de Administração que autorizou a alienação de ambos por meio de processo licitatório.

Cabe salientar que para fins de impostos, os valores das vendas serão realizados conforme hipóteses previstas no parágrafo 6º, artigo 13, inciso 6º, itens 1º a 4º do Regulamento do Imposto de Renda e, para fins societários, será aplicado o disposto no item 62 do NBC TG (R4) nº 28 - Propriedade para Investimento.

Em 31 de dezembro de 2022, os seguintes imóveis estão classificados nesta rubrica:

- (a) Edifício localizado à Rua Augusta, 1.626 - São Paulo/SP
Por meio do Decreto Estadual nº 66.983, de 20 de julho de 2022, a Fazenda do Estado de São Paulo foi autorizada a realizar permuta de edifício de sua propriedade localizado à Rua Augusta, nº 1626, São Paulo/SP, avaliado em R\$ 82.461, com terreno de propriedade da EMAE, com área de 71.523,70 m², inserido no Parque Estadual Villa Lobos, situado na Avenida Dra. Ruth Cardoso, altura do nº 4.800, também no município de São Paulo - SP, avaliado em R\$ 94.770. Coube à EMAE receber a vista a torna resultante da diferença entre o valor dos imóveis equivalente a R\$ 12.309, na oportunidade do registro da escritura. Este evento foi objeto de Comunicado ao Mercado em 21 de julho de 2022.
Em reunião do Conselho de Administração realizada em 08 de novembro de 2022 foi autorizada a alienação mediante licitação pública do referido imóvel.
- (b) Terrenos - Zuccolo (antigo bota-fora 14)
Em reunião do Conselho de Administração realizada em 23 de março de 2022 foi autorizada a alienação mediante licitação pública dos referidos imóveis.

11. ATIVO FINANCEIRO INDENIZÁVEL

Refere-se a investimentos em infraestrutura de geração realizados após 01 de janeiro de 2013, início da vigência das prorrogações das concessões das usinas do Complexo Henry Borden, Porto Góes e Rasgão, conforme Lei nº 12.783/13. Esses investimentos são remunerados por meio da RAG - Receita Anual de Geração.

A Companhia classificou o ativo financeiro indenizável na categoria de instrumentos financeiros mensurados pelo custo amortizado.

Movimentação do ativo financeiro indenizável:

Circulante	Controladora e Consolidado				
	Saldo em 31.12.21	Adições (a)	Transferência	Compensação (b)	Amortização (c)
Ativo financeiro	9.064	—	13.873	—	(10.543)
	9.064	—	13.873	—	(10.543)
Não circulante					
Adiantamento a fornecedores	20.800	24.597	—	(23.386)	—
Ativo financeiro	181.273	68.085	(13.873)	—	—
	202.073	92.682	(13.873)	(23.386)	257.496

a) As adições do exercício referem-se a investimentos realizados nas usinas cotistas que aumentem a vida útil das unidades e em melhorias que trarão maior eficiência na produção energética.

b) Corresponde a compensação de adiantamentos realizados pelo recebimento dos bens.

c) Amortização dos investimentos efetivamente já realizados (Nota 20).

12. ATIVO REVERSÍVEL DA CONCESSÃO

Este termo refere-se aos bens reversíveis das usinas do Complexo Henry Borden, Porto Góes e Rasgão, que não estavam amortizados ou depreciados em 31 de dezembro de 2012 e que, em virtude da prorrogação da concessão no âmbito do regime de cotas, deverão ser indenizados pelo Poder Concedente, de acordo com o artigo 2º do Decreto 7.850, de 30 de novembro de 2012, e a Resolução Normativa nº 596, de 19 de dezembro de 2013, conforme alterada.

Atendendo ao requerido no Decreto, em 26 de dezembro de 2013, a Companhia emitiu ofício à ANEEL, manifestando interesse em receber a devida indenização. Em agosto de 2021, nos termos da Resolução Normativa ANEEL nº 942/21, a EMAE ratificou essa manifestação de interesse e em julho de 2022 encaminhou à ANEEL o relatório detalhado de avaliação de bens para fins de indenização, conforme comunicado pela Companhia em 25 de julho de 2022, pelo valor histórico de R\$ 346,6 milhões.

O relatório encaminhado demonstra que não há razão para redução da estimativa original de valor recuperável junto ao poder concedente. No entanto, a ANEEL poderá homologar valor de indenização diferente do pleiteado, o qual será analisado pela Companhia e caso aplicável, realizará os ajustes de perdas ou ganhos que se fizerem necessários.

O valor líquido contábil dos ativos reversíveis em 31 de dezembro de 2022 e 2021 é de R\$ 195,4 milhões.

13. INVESTIMENTOS

	Controladora		Consolidado	
	31.12.22	31.12.21	31.12.22	31.12.21
Pirapora Energia S.A. (a)	162.424	162.794	—	—
Uso futuro (b)	—	1.390	—	1.390
Prop. para Investimento - Áreas adjacentes - U. São Paulo (c)	130.762	—	2	2
Total	293.186	164.184	130.762	1.392

a) A Companhia possui o controle e participação em 100% do patrimônio da sua controlada Pirapora Energia S.A. Em 2021 a EMAE integrou R\$ 64.000 em sua controlada visando à quitação antecipada do financiamento contratado junto ao BNDES, que ocorreu em 15 de março de 2021.

Abaixo, é apresentado um resumo das informações financeiras da controlada:

Ativo	31.12.22		31.12.21	
	164.137	164.136	1.713	1.342
Passivo	162.424	162.794	2022	2021
Patrimônio Líquido	25.092	27.936		

Lucro do exercício	Controladora		Consolidado	
	31.12.22	31.12.21	31.12.22	31.12.21
Saldo em 31.12.2020	95.606	95.606	—	—
Integralização de capital	64.000	64.000	—	—
Dividendo adicional referente a 2020 pago em 2021	(12.364)	(12.364)	—	—
Resultado de equivalência patrimonial	27.936	27.936	—	—
Dividendos antecipados 1º semestre 2021	(12.384)	(12.384)	—	—
Saldo em 31.12.2021	162.794	162.794	—	—
Dividendo adicional referente a 2021 pago em 2022	(14.155)	(14.155)	—	—
Resultado de equivalência patrimonial	25.092	25.092	—	—
Dividendos antecipados 1º semestre 2022	(11.307)	(11.307)	—	—
Saldo em 31.12.2022	162.424	162.424	—	—

b) Transferência para o imobilizado da Companhia.

c) Concessão de áreas adjacentes à Usina São Paulo para exploração comercial

A EMAE concedeu um conjunto de áreas adjacentes à Usina São Paulo para exploração comercial até o ano de 2043 com pagamento de outorga fixa no valor de R\$280,05 milhões e de outorga variável a ser calculada sobre o faturamento bruto mensal do futuro empreendimento. Até o exercício de 2020 as áreas A e C, adjacentes à Usina São Paulo estavam vinculadas à atividade de geração, tendo sido desvinculadas, conforme regulamentação da ANEEL e reclassificadas contabilmente para a rubrica Investimentos, no Não circulante do Ativo Patrimonial, conforme determina o item 5 do CPC 28 - Propriedades para Investimento. Conforme recomendado pelo CPC 28 as áreas subjacentes à Usina São Paulo foram atualizadas a valor justo correspondente a R\$ 130.762 baseada em laudo de instituição certificada com contrapartida líquida de Imposto de Renda e Contribuição Social em Outros Resultados Abrangentes no Patrimônio Líquido da Companhia.

14. IMOBILIZADO

A movimentação dos saldos do ativo imobilizado em 31 de dezembro de 2022 está representada por:

Controladora	Taxas anuais média de Depreciação (%)		Saldo em 31.12.21		Adições	Baixas	Transferência	Depreciação do exercício	Saldo em 31.12.22
	de Depreciação (%)	31.12.21	31.12.21	31.12.21					
Em serviço	—	5.060	—	(14)	(92)	—	—	4.954	
Terrenos	2,0%	817	—	—	—	—	(64)		



EMAE - Empresa Metropolitana de Águas e Energia S.A.
CNPJ 02.302.101/0001-42 - Empresa Aberta
http://www.emae.com.br



* continuação

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FIMOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

B3) Movimentação dos ativos do plano	B.S.P.S.		B.D.		C.V.		TOTAL	
	31.12.22	31.12.21	31.12.22	31.12.21	31.12.22	31.12.21	31.12.22	31.12.21
Valor justo do ativo do plano	(779.912)	(777.120)	(457.915)	(453.238)	(45.739)	(47.852)	(1.283.566)	(1.278.210)
Contribuições da empresa para o plano	-	-	-	(199)	(10.003)	(672)	(10.003)	(871)
Rendimento esperado dos ativos do plano	(68.479)	(57.351)	(41.683)	(33.449)	(3.894)	(3.531)	(114.056)	(94.331)
Rendimento dos ativos do plano (superior/inferior à taxa de desconto)	(36.780)	(26.271)	15.171	11.732	9.538	(1.236)	(12.071)	(15.775)
Contribuições de participantes para o plano	(3.832)	(3.151)	(2.377)	(254)	(5.786)	-	(11.995)	(3.405)
Benefícios pagos pelo plano	90.928	83.981	20.270	17.493	329	7.552	111.527	109.026
Valor justo do ativo do plano	(798.075)	(779.912)	(466.534)	(457.915)	(55.555)	(45.739)	(1.320.164)	(1.283.566)

B4) Conciliação do valor líquido do passivo atuarial	B.S.P.S.		B.D.		C.V.		TOTAL	
	31.12.22	31.12.21	31.12.22	31.12.21	31.12.22	31.12.21	31.12.22	31.12.21
Valor líquido do passivo (ativo) atuarial total do início do ano	399.809	262.369	41.700	30.390	20.973	46.990	452.482	339.749
Despesa/(receita) reconhecida na Demonstração de Resultados	36.174	19.363	14.878	8.913	5.839	3.468	56.891	31.744
Contribuição da empresa para o plano	-	-	-	(199)	(10.003)	(672)	(10.003)	(871)
Contribuições de participantes para o plano (Ganho) Perda atuarial em ORA	(139.895)	111.228	(44.127)	44.551	10.463	13.136	(173.559)	168.915
Eleito do teto do Ativo/Compartilhamento de Risco	-	-	-	(41.701)	(14.324)	(41.949)	(14.324)	(83.650)
Saldo final	282.256	389.809	10.074	41.700	7.162	20.973	299.492	452.482

B5) Análise de sensibilidade	B.S.P.S.		B.D.		C.V.		TOTAL	
	31.12.22	31.12.21	31.12.22	31.12.21	31.12.22	31.12.21	31.12.22	31.12.21
Taxa de desconto a ser reduzida em 0,50%	1.137.426	1.231.540	512.403	569.924	81.112	114.403	1.730.941	1.915.867
Taxa de desconto a ser aumentada em 0,50%	1.023.235	1.107.901	460.960	512.707	72.968	102.917	1.557.163	1.723.525
Inflação a ser reduzida em 0,50%	1.078.083	1.167.287	485.668	540.189	76.719	108.207	1.640.470	1.815.683
Inflação a ser aumentada em 0,50%	1.075.179	1.164.143	500.299	556.461	77.076	108.711	1.652.554	1.829.315
Crescimento salarial a ser reduzido em 0,50%	1.080.843	1.170.275	484.784	539.205	77.077	108.712	1.642.704	1.818.192
Crescimento salarial a ser aumentado em 0,50%	1.072.797	1.161.564	492.846	548.172	76.879	108.433	1.642.522	1.818.169
Reajustes dos benefícios a serem reduzidos em 0,50%	1.078.083	1.167.287	485.668	540.189	76.719	108.207	1.640.470	1.815.683
Reajustes dos benefícios a serem aumentados em 0,50%	1.075.179	1.164.143	500.299	556.461	77.076	108.711	1.652.554	1.829.315

As movimentações das mensurações atuariais reconhecidas em "Outros Resultados Abrangentes" são como segue:

	31.12.22	31.12.21
(a) Saldo no início do exercício	(259.534)	(186.123)
(b) (Perda) Ganho atuarial gerado pela taxa de desconto	174.691	315.864
(c) (Perda) Ganho atuarial gerado pela experiência demográfica	34.862	(458.042)
(d) (Perda) Ganho atuarial gerado pela premissa demográfica	25.510	(42.511)
(e) Ganho atuarial gerado pelo rendimento efetivo dos ativos do plano	(31.203)	15.775
(f) Alteração no "teto do ativo" diferente dos juros	(59.251)	83.650
(g) Eleito dos pagamentos do equacionamento das dívidas	18.311	(25.965)
(h) Eleito nas Demonstrações de Resultados Abrangentes (b+c+d+e+f+g)	162.920	(111.229)
(i) Eleito de imposto de renda e contribuição social	(55.393)	37.818
Saldo no final do exercício (a+h+i)	(152.007)	(259.534)

A estimativa da despesa para o exercício de 2023 está demonstrada a seguir:

	2023
Custos dos serviços correntes	(4.680)
Juros sobre obrigação atuarial	(164.421)
Rendimento esperado dos ativos dos planos	127.957
Total da despesa projetada para o exercício	(41.144)

Equacionamento Financeiro dos Planos de Benefícios com a Vivest

Com o saldamento do plano que era oferecido aos empregados até 1997, foi formalizado um contrato de ajuste de reservas para amortizar o déficit técnico atuarial do BSPS entre a EMAE e a Fundação CESP à época e atual VIVEST.

O contrato está no terceiro aditivo com vencimento previsto para março de 2032. Com a mudança do indexador do plano para IPCA, o saldo atual do contrato também é atualizado pelo IPCA a partir de maio de 2021 e é integrado anualmente ao superávit ou déficit apurado em cada avaliação atuarial, recalculando as parcelas de amortização com base nesse novo saldo e o prazo de vencimento do contrato.

De acordo com a regulamentação e legislação aplicáveis, eventuais déficits nos subplanos BD e CV também devem ser equacionados, sendo que o subplano CV já exigiu equacionamento para os déficits apurados nos anos de 2015 e de 2018 a 2021, não sendo necessário equacionamento em função da avaliação atuarial de 2022.

A diferença entre os saldos apresentados nos contratos de equacionamento e o passivo registrado de acordo com o CPC 33 (R1)/IAS 19 decorre da diferença entre as metodologias contábeis utilizadas para cada finalidade. Em 31 de dezembro de 2022, a diferença entre essas duas metodologias é a seguinte:

Subplano	Ativos	Passivos	Déficit Total	Fundo Patrocinador	Déficit Patrocinador em 31/12/22
BSPS	798.075	1.080.331	282.256	-	282.256
BD	466.534	486.682	20.148	-	10.074
CV	55.555	77.041	21.486	-	7.162
Total	1.320.164	1.644.054	323.890	-	299.492

Crítério - Atuarial Independente - CPC 33

Subplano	Ativos	Passivos	Déficit Total	Fundo Patrocinador	Déficit Patrocinador em 31/12/22
BSPS	798.075	1.188.855	390.780	-	390.780
BD	466.534	472.182	5.648	-	2.824
CV	174.846	219.348	44.502	9.208	5.625
Total	1.439.455	1.880.385	440.930	9.208	399.229

* A mensuração apresentada no quadro "Método CPC 33 (R1)" desconsidera a proporção do saldo de conta dos participantes.

18. PROVISÃO PARA RISCOS TRABALHISTAS, CÍVEIS E TRIBUTÁRIOS

18.1 Contingências - Possibilidade de Perda Provável	Controladora e Consolidado				
	31.12.21	31.12.22			
	Saldo	Provisão	Reversão	Pagamento	Saldo
Não circulante					
Trabalhistas					
Periculosidade (a)	14.429	26.230	-	-	40.659
Diversas (b)	19.096	14.180	(3.496)	(7.281)	22.499
	33.525	40.410	(3.496)	(7.281)	63.158
Cíveis (c)	39.770	6.034	(215)	-	45.589
Tributárias (d)	4.478	5.865	(4.521)	-	5.822
Ambiental (e)	70	5.884	-	-	5.954
Administrativo	10	-	-	-	10
	77.853	58.193	(8.232)	(7.281)	120.533

a) Periculosidade
Trata-se de ação coletiva promovida pelo Sindicato dos Eletricistas de São Paulo em 07/07/1999, perante a Justiça do Trabalho de São Paulo, processo nº 01767006319995020039 - 39ª Vara, pleiteando a condenação da Companhia ao pagamento do adicional de periculosidade para a totalidade dos empregados então existentes nos seus quadros. A ação foi julgada procedente apenas para 104 empregados e encontra-se em liquidação de sentença com apresentação de cálculo judicial aguardando abertura de prazo para impugnação pela EMAE. A referida ação foi classificada com probabilidade de perda provável pelos assessores jurídicos da Companhia com a possibilidade de revisão do valor provisionado após a impugnação da EMAE e apreciação pelo magistrado.

b) Diversas
Referem-se a diversas ações decorrentes de processos movidos por empregados e ex-empregados às quais requerem em geral o pagamento da equiparação salarial, insalubridade e outras questões. Deste conjunto de processos no exercício findo em 31 de dezembro de 2022, houve reformas de sentenças pelos Tribunais superiores, com alteração da probabilidade de êxito, o que resultou na majoração do saldo de provisionamento.

c) Cíveis
Referem-se a diversos processos cíveis de natureza geral em discussão na esfera judicial, sendo o mais relevante descrito a seguir: Trata-se de processo decorrente do Despacho 288/2002 da ANEEL no qual a Companhia figura em litisconsórcio passivo em ação ajuizada pela AES SUL Distribuidora Gaúcha de Energia S.A., a qual pleiteia o direito de não optar pelo chamado "alívio de exposição" relativo ao período de racionamento ocorrido em 2001, o que permite a liquidação na CCEE em seu favor. Em 9 de abril de 2014, foi publicado acórdão dando provimento ao recurso de apelação da AES Sul, o qual foi oposto pela EMAE e outras Interessadas embargos de declaração. Atualmente, referidos recursos aguardam julgamento.

A Companhia avalia que o processo continua com a estimativa da probabilidade de perda provável em 31 de dezembro de 2022 sendo o valor provisionado para esta causa de R\$ 40.512 (R\$ 36.348 em 31 de dezembro de 2021).

d) Tributária
Correspondem a dois processos: Ação anulatória de débito fiscal com pedido de Tutela de Urgência, para a suspensão da exigibilidade do crédito tributário, na forma do art. 151, inciso V, do Código Tributário Nacional. Foi notado que o IPTU do Imóvel situado na Av. Nossa Senhora do Sabará, nº 5.312, Pedreira - São Paulo, estava com valor expressivamente maior, requerendo junto ao Centro de Atendimento da Fazenda Municipal da Prefeitura de São Paulo, a revisão da cobrança, ocasião em que foi orientado pelo Município que a Companhia efetuasse o pedido por meio de processo eletrônico via site. Em 31 de dezembro de 2022 o valor do processo corresponde a R\$ 4.408.

Ação declaratória em face do Município de São Paulo tendo em vista que o Município deixou de alterar no cadastro de IPTU do Imóvel localizado na Rua Guido Caloi, Jardim São Luis o nome do proprietário. O referido imóvel foi apossado pelo Estado de São Paulo e posteriormente transferido para a Faculdade de Tecnologia de São Paulo - FATEC. O pedido de liminar foi indeferido. Foi interposto agravo de instrumento pela autora, pedindo o efeito suspensivo da decisão que indeferiu a tutela. Posteriormente veio aos autos o acórdão que negou provimento ao referido agravo. Foi feito o depósito integral do tributo, pleiteando a suspensão da exigibilidade do crédito. O valor do processo em 31 de dezembro de 2022 corresponde a R\$ 1.414.

e) Ambiental
O Processo de maior relevância refere-se à Ação Civil Pública de 2015 proposta com o objetivo de responsabilizar a EMAE pela mortandade de peixes no Rio Tietê e Córrego do Ajudante na cidade de Salto em decorrência de descarga realizada nas barragens de Pirapora, Rasgão e Porto Góes, que teriam provocado o descolamento dos sedimentos depositados no fundo dos barramentos. O valor contabilizado em 31 de dezembro de 2022 corresponde a R\$ 5.873.

18.2 Contingências - Probabilidade de Perda Possível

As contingências em 31 de dezembro de 2022, nas suas diferentes espécies avaliadas e classificadas segundo sua probabilidade de risco econômico-financeiro como perda provável estão demonstradas a seguir:

Natureza	Controladora e Consolidado Possível	
	31.12.22	31.12.21
Administrativo	295	663
Ambiental	143.400	130.629
Cível	1.726	23.153
Trabalhista	5.585	2.833
Tributário	57.697	32.907
	208.703	190.185

a) Administrativo
Trata-se de mandado de segurança com pedido de liminar requerendo a nomeação do impetrante para cargo de praticante de operador de usina e anulação de ato administrativo que determinou sua eliminação. O valor da causa em 31 de dezembro de 2022 remonta o valor de R\$ 255.

b) Ambiental
O principal processo refere-se à obrigação judicial de remoção do lodo da flotação, em função da composição amigável entre a EMAE e o Ministério Público, até então litigantes, em 27 de junho de 2007, objetivando viabilizar a elaboração de EIA/RIMA para que, uma vez aprovado tornasse possível à implantação do sistema de tratamento por flotação de águas do Canal Pinheiros para despoluição de 50m³/s e posterior bombeamento para o reservatório Billings. Contudo, em 12 de abril de 2012 o Ministério Público requereu o cumprimento de sentença em face da Companhia, substanciando em (i) pagamento de multa diária totalizada no montante de R\$ 32.833 e (ii) desmobilização das instalações implantadas e restituição das áreas ao estado anterior. Intimada, após prazo estabelecido pelo juiz, a Companhia comprovou a desmobilização das instalações, bem como requereu, em 10 de dezembro de 2012, a dilação de prazo de 24 meses para remoção do lodo advindo da flotação, prazo esse deferido e atendido pela EMAE.

A Companhia avalia que o processo continua com a estimativa da probabilidade de perda possível em 31 de dezembro de 2022, sendo o total da causa de R\$ 138.699 (R\$ 123.960 em 31 de dezembro de 2021).

c) Cível
Trata-se de ação de indenização por perdas e danos morais e materiais cumulada com obrigação de fazer e não fazer proposta pela autora, proprietária do imóvel em apreço. A autora afirma a construção irregular e desautorizada de um atemo realizada pelo Município de Rio Grande da Serra, fato que ocasionou no acúmulo de terra e desvelamento do terreno, impedindo a vazão das águas ali em curso. O valor do processo em 31 de dezembro de 2022 corresponde a R\$ 416.

d) Tributário
Processos de execução fiscal em que a Prefeitura do Município de Cubatão cobra o Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU, constante da Certidão de Dívida Ativa que instruiu o processo em questão, decorrente dos exercícios de 2014 até 2021 referentes à imóvel de propriedade da Eletropaulo, apontando os demais executados como corresponsáveis. O valor dos dois processos em 31 de dezembro 2022 corresponde a R\$ 33.617.

19. OBRIGAÇÕES ESPECIAIS - RESERVA GLOBAL DE REVERSÃO - RGR

A Companhia, desde sua constituição em 1998, oriunda da cisão da Eletropaulo, possui um saldo inicial registrado na conta de Obrigações Especiais - RGR (Reserva Global de Reversão), de R\$ 16.202 que permaneceu inalterado até 31 de dezembro de 2017. Durante este período a Companhia recolheu apenas os juros correspondentes, conforme estabelecido na legislação vigente. Entretanto, com o advento do Decreto nº 9.022, de 31 de março de 2017, a partir de janeiro de 2018 até dezembro de 2027 (10 anos), com base em nova legislação em vigor, o referido montante está sendo amortizado em bases mensais mediante recolhimento à Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE.

	Controladora e Consolidado				
	31.12.21	Transferência	Juros Pagamento juros	Pagamento principal	31.12.22
Circulante					
Obrigações Especiais - RGR	1.801	1.801	400	(400)	1.801
Não Circulante					
Obrigações Especiais - RGR	7.200	(1.801)	-	-	5.399

20. OUTRAS OBRIGAÇÕES - INVESTIMENTOS NA CONCESSÃO

Correspondem à provisão para realização de investimentos nas usinas colistas em razão das obrigações estabelecidas no 2º termo Aditivo do Contrato de Concessão e no Submódulo Proret 12.1 - Procedimentos de Regulação Tarifária emitido pela ANEEL - Agência Nacional de Energia Elétrica, estando em conformidade com os critérios estabelecidos no CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes. Os valores provisionados são contabilizados de acordo com o Plano de Investimentos e apresentam as seguintes movimentações no período:

	Controladora e Consolidado			
	31.12.21	Movimento do período	31.12.22	
	Ativo financeiro Indenizável	Ativo financeiro Indenizável	Outras obrigações Circulante	Não circulante
Investimentos totais realizados	205.239	68.084	273.323	-
Adiantamento a fornecedores (a)	20.800	1.212	22.012	-
Provisão - Investimentos na Concessão (b)	-	-	-	37.839
Amortização acumulada	(14.902)	(10.543)	(25.445)	-
Total	211.137	58.753	269.890	12.394

(a) Adiantamento à fornecedores referentes a aquisições ainda não recebidas
(b) Provisão acumulada ajustada pela melhor estimativa

A partir da vigência do 2º Aditivo ao Contrato de Concessão em 1º de janeiro de 2013, ou seja, com o início da operação das usinas no regime de cotas até 31 de dezembro de 2022 a Companhia investiu na concessão o montante de R\$ 273,3 milhões, buscando a modernização, eficiência e a redução dos riscos relacionados à produção energética. Conforme estabelecido em lei, o valor já investido deve ser amortizado de forma linear até o final da concessão, pois os benefícios econômicos inerentes pela correta aplicação dos recursos, produzirão retorno (fluxos de caixa) até janeiro de 2043.

21. OUTRA OBRIGAÇÃO - COMGÁS

Trata-se de quatro contratos de permissão à Comgás de uso de áreas a título oneroso para a instalação de canteiros, áreas de válvulas, estação de medição e recebimento de gás (city gate), obras de arranjo geral da tubulação e dos equipamentos da Estação de Regulagem de Pressão e Recebedor de PIG, com vigência até 30 de novembro de 2042. A EMAE recebeu antecipadamente o montante de R\$ 10.982 cuja apropriação em seu resultado vem ocorrendo de forma linear ao longo do exercício. Até 31 de dezembro de 2022 a EMAE contabilizou o montante de R\$ 560 no Resultado da Companhia.

22. OUTROS PASSIVOS

	Controladora e Consolidado	
	31.12.22	31.12.21
Depósitos Judiciais	3.911	5.640
Agrupamento de ações	592	592
Seguros a pagar	590	590
Outros	-	14
	5.093	6.836

O passivo de depósitos judiciais se refere a ações trabalhistas já finalizadas e com depósito judicial ainda não liberado em favor da contraparte.

23. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

A Companhia participa de transações com partes relacionadas, descritas a seguir:

23.1. Ativo financeiro - Acordo Sabesp

Desde 2014, a Companhia vinha negociando um acordo com a Sabesp com o objetivo de resolver as duas ações que tramitavam na esfera judicial e arbitral referentes ao uso da água de represas sob gestão da EMAE. As negociações resultaram na celebração de um Instrumento Particular de Transação e Outras Avenças ("Instrumento") para o encerramento de todos os litígios, conforme fato relevante emitido em 28 de outubro de 2016 pela Companhia.

Após o cumprimento das Condições Suspensivas, incluindo anuência da ANEEL, e a aprovação do referido aditivo nos Conselhos de administração da EMAE e da SABESP, o Instrumento passou a ter plena eficácia.

Esse Instrumento e seu aditivo determinaram o recebimento pela EMAE de R\$ 218.130, a partir de 2017, distribuídos da seguinte forma: (a) R\$ 46.270, em cinco parcelas anuais e sucessivas de R\$ 9.254 a título indenizatório; e (b) R\$ 171.860, em vinte e seis



EMAE - Empresa Metropolitana de Águas e Energia S.A.
CNPJ 02.302.101/0001-42 - Empresa Aberta
http://www.emae.com.br

Meio Ambiente, Infraestrutura e Logística



SÃO PAULO
GOVERNO DO ESTADO

* continuação

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

24.5. Mutações das reservas de lucros

O quadro abaixo demonstra as mutações das reservas de lucros em 31 de dezembro de 2022 e de 2021:

	Controladora e Consolidado	31.12.22	31.12.21
Saldo inicial das reservas de lucros no início do exercício		319.867	218.095
Constituição de reserva legal		3.401	7.496
Realização da reserva de lucros a realizar		(7.777)	(7.115)
Constituição da reserva contingência		-	101.391
Saldo final das reservas de lucros no final do exercício		315.491	319.867

24.6. Mutações de outros resultados abrangentes

A movimentação ocorrida em outros resultados abrangentes reflete os resultados apurados nos subplanos BSPS, BD e CV do plano de previdência complementar Vivest - EMAE nos exercícios de 2021 e 2022 além do reconhecimento a valor justo de elementos do ativo da Companhia, conforme Nota 17.

	Controladora e Consolidado	31.12.22	31.12.21
Saldo em 31/12/21		(259.534)	(186.123)
Ajuste de elementos do Ativo		-	-
Valor justo:		-	-
Parque Villa Lobos/Ed. Augusta		54.419	-
Espaços A e C Usina São Paulo		86.303	-
Bota Fora 14		102.795	-
Ajuste de elementos do Passivo		-	-
Superávit (Déficit) Atuarial		107.527	(73.411)
Saldo em 31/12/22		91.510	(259.534)

24.7. Conciliações de dividendos e juros sobre o capital próprio

A seguir está demonstrada a mutação dos dividendos e juros sobre o capital próprio no exercício de 2022:

	Controladora e Consolidado	31.12.22	31.12.21
Saldo de JSCP e Dividendos em 31/12/2021		9.138	4.860
Dividendo adicional proposto		4.860	-
Juros sobre o Capital Próprio declarados no exercício		19.974	-
Dividendos e JCP pagos em 2022		(29.565)	-
Imposto de Renda Retido na Fonte sobre JCP		(1.820)	-
Realização de reserva de lucros a realizar		7.777	-
Movimentação conta dividendos - custodiante		168	-
Saldo de JSCP e Dividendos em 31/12/2022		10.532	4.860

25. RECEITA LÍQUIDA

25.1. Conciliação da receita operacional líquida

	Controladora	2022	2021	Controladora e Consolidado	2022	2021
RECEITA						
Cotas de energia elétrica (Nota 25.2)		472.754	440.685		472.754	440.685
Suprimento de energia - leilão (Nota 25.2)		-	-		42.371	38.572
Energia de curto prazo - CCEE (Nota 25.2)		5	439		523	8.896
Renda da prestação de serviços (Nota 25.3)		12.249	13.089		12.249	13.089
Outras receitas		3.305	2.080		3.326	2.080
Receitas relativas à construção de ativos da concessão (Nota 11)		68.085	88.814		68.085	88.814
		556.398	545.107		599.308	592.136
DEDUÇÕES À RECEITA						
COFINS sobre receitas operacionais		(49.477)	(46.658)		(50.764)	(48.069)
PIS sobre receitas operacionais		(10.742)	(10.130)		(11.021)	(10.436)
Imposto sobre serviços - ISS		(649)	(691)		(649)	(691)
Pesquisa e desenvolvimento		(4.189)	(3.916)		(4.189)	(3.916)
		(65.057)	(61.395)		(66.623)	(63.112)
		491.341	483.712		532.685	529.024

RECEITA LÍQUIDA

	Controladora	2022	2021	Controladora e Consolidado	2022	2021
RECEITA						
Cotas de energia elétrica (Nota 25.2)		472.754	440.685		472.754	440.685
Suprimento de energia - leilão (Nota 25.2)		-	-		42.371	38.572
Energia de curto prazo - CCEE (Nota 25.2)		5	439		523	8.896
Renda da prestação de serviços (Nota 25.3)		12.249	13.089		12.249	13.089
Outras receitas		3.305	2.080		3.326	2.080
Receitas relativas à construção de ativos da concessão (Nota 11)		68.085	88.814		68.085	88.814
		556.398	545.107		599.308	592.136
DEDUÇÕES À RECEITA						
COFINS sobre receitas operacionais		(49.477)	(46.658)		(50.764)	(48.069)
PIS sobre receitas operacionais		(10.742)	(10.130)		(11.021)	(10.436)
Imposto sobre serviços - ISS		(649)	(691)		(649)	(691)
Pesquisa e desenvolvimento		(4.189)	(3.916)		(4.189)	(3.916)
		(65.057)	(61.395)		(66.623)	(63.112)
		491.341	483.712		532.685	529.024

RECEITA LÍQUIDA

	Controladora				Consolidado			
	MWh (*)	2022	2021	R\$	MWh (*)	2022	2021	R\$
Cotas de Garantia Física (a)								
Cotas de energia elétrica	753.370	640.832	472.754	440.685	753.370	640.832	472.754	440.685
Suprimento (b)								
Leilão	-	-	-	-	123.569	144.102	42.371	38.572
Câmara de Comerc. de Energia Elétrica - CCEE (c)								
Energia de curto prazo	-	-	5	439	-	-	523	8.896
Total	753.370	640.832	472.759	441.124	876.939	784.934	515.648	488.153

(*) Não auditado pelos auditores independentes.

(a) Cotas de garantia física foram introduzidas pela Lei 12.783/2013 e estão relacionadas à alocação às distribuidoras da garantia física das usinas que assinaram aditivo prorrogando o termo da concessão. Essas usinas passaram a ser remuneradas pela RAG, vide outras informações na Nota 1;

(b) Classificam-se como "suprimento" as operações de venda de energia a outras concessionárias de energia elétrica, geralmente, através de contratos firmados em leilões no ACR;

(c) Inclui os valores de faturamento de energia disponível comercializada no âmbito da CCEE. Durante o exercício de 2021, a Energia de curto prazo - CCEE totalizou R\$ 8.896 sendo R\$ 6.231 relativos ao recebimento da maior parte das liquidações pendentes de outros agentes junto à CCEE, as quais foram tratadas no acordo do risco hidrológico regulamentado pela Resolução Normativa ANEEL nº 930, de 30 de março de 2021 e, R\$ 2.665 relativos aos resultados da EMAE no ano e de sua controlada no MCP da CCEE.

25.3. Rendas da prestação de serviços

Refere-se à receita decorrente da prestação de serviços de operação e manutenção pela EMAE, conforme segue:

	Controladora	2022	2021	Controladora e Consolidado	2022	2021
Petrobras (UTE's) (a)		9.723	10.078		9.723	10.078
PMPSP (Estação de Bombeamento Eduardo Yassuda) (b)		2.526	3.011		2.526	3.011
		12.249	13.089		12.249	13.089

(a) Contrato com a Petróleo Brasileiro S.A. Petrobras para a prestação dos serviços de operação das turbinas a vapor 3 e 4 da Usina Termelétrica Piratininga.

(b) Contrato com a Prefeitura Municipal de São Paulo para operação e manutenção da Estação de Bombeamento Eduardo Yassuda.

26. CUSTOS DE OPERAÇÃO E DESPESAS OPERACIONAIS POR NATUREZA

26.1. Controladora

	Custo do serviço de energia elétrica		Despesas gerais e administrativas		Outras (despesas) e receitas		TOTAL	
	2022	2021	2022	2021	2022	2021	2022	2021
Encargos de uso da rede elétrica	(45.300)	(45.601)	-	-	-	-	(45.300)	(45.601)
Compensação financeira pela utilização de recursos hídricos	(4.418)	(3.409)	-	-	-	-	(4.418)	(3.409)
Taxa de fiscalização - ANEEL	-	-	(1.500)	(1.397)	-	-	(1.500)	(1.397)
Pessoal	(65.012)	(49.632)	(53.542)	(53.698)	-	-	(118.554)	(103.330)
Administradores	-	-	(4.542)	(4.375)	-	-	(4.542)	(4.375)
Benefícios pós-emprego, previdência complementar (Nota 17)	(66.501)	(31.744)	-	-	-	-	(66.501)	(31.744)
Material	(2.977)	(3.675)	(2.539)	(1.818)	-	-	(5.516)	(5.493)
Serviço de terceiros	(63.458)	(45.437)	(27.127)	(23.816)	-	-	(90.585)	(69.253)
Depreciação/amortização	-	-	(1.567)	(1.490)	-	-	(1.567)	(1.490)
Aluguéis	-	-	(6.093)	(5.720)	-	-	(6.093)	(5.720)
Provisão para riscos trabalhistas, civis e tributários (Nota 18.1)	(49.961)	(27.796)	-	-	-	-	(49.961)	(27.796)
Provisão para investimentos na concessão (Nota 20)	(98.693)	(85.232)	-	-	-	-	(98.693)	(85.232)
Perdas estimadas na realização de créditos de liquidação duvidosa	-	(807)	(477)	-	-	-	(477)	(807)
(-) Reversão de perdas estimadas na realização de créditos de liquidação duvidosa	-	4.722	109	-	-	-	109	4.722
(-) Créditos PIS/COFINS	8.849	20.270	-	-	-	-	8.849	20.270
IPTU	(9.486)	(8.414)	-	-	-	-	(9.486)	(8.414)
Custos relativos à construção de ativos da concessão (Nota 11)	(68.085)	(88.814)	-	-	-	-	(68.085)	(88.814)
Seguros	(5.229)	(4.802)	-	-	-	-	(5.229)	(4.802)
Condomínio	-	-	(943)	(881)	-	-	(943)	(881)
Torna líquida - Edifício Augusta	-	-	-	-	9.835	-	9.835	-
Doações (a)	-	-	-	-	(1.890)	(2.270)	(1.890)	(2.270)
Patrocínios (b)	-	-	-	-	(577)	(4.063)	(577)	(4.063)
Indenizações - desapropriações (c)	-	-	-	-	2.047	10.952	2.047	10.952
Ganho na alienação de bens e direitos	-	-	-	-	11.338	296	11.338	296
Convênio Banco do Brasil	-	-	-	-	1.304	1.048	1.304	1.048
Baixa de créditos prescritos	-	-	-	-	(1.454)	-	(1.454)	-
Outras	(6)	1.080	-	-	(83)	(89)	(89)	1.080
Total	(470.277)	(369.291)	(98.221)	(93.195)	21.974	4.509	(546.524)	(457.977)

26.2. Consolidado

	Custo do serviço de energia elétrica		Despesas gerais e administrativas		Outras (despesas) e receitas		TOTAL	
	2022	2021	2022	2021	2022	2021	2022	2021
GSF - Garantia física	(2.007)	(1.823)	-	-	-	-	(2.007)	(1.823)
Encargos de uso da rede elétrica	(45.676)	(45.908)	-	-	-	-	(45.676)	(45.908)
Compensação financeira pela utilização de recursos hídricos	(4.418)	(3.409)	-	-	-	-	(4.418)	(3.409)
Taxa de fiscalização - ANEEL	-	-	(1.500)	(1.480)	-	-	(1.500)	(1.480)
Pessoal (Nota 23.2)	(69.592)	(53.780)	(53.542)	(53.698)	-	-	(123.134)	(107.478)
Administradores	-	-	(4.542)	(4.375)	-	-	(4.542)	(4.375)
Benefícios pós-emprego, previdência complementar (Nota 17)	(66.501)	(31.744)	-	-	-	-	(66.501)	(31.744)
Material	(3.386)	(3.976)	(2.539)	(1.818)	-	-	(5.925)	(5.794)
Serviço de terceiros	(67.695)	(49.097)	(27.127)	(23.816)	-	-	(94.822)	(72.913)
Depreciação/amortização	(4.256)	(4.256)	(1.567)	(1.490)	-	-	(5.823)	(5.746)
Aluguéis	-	-	(6.093)	(5.732)	-	-	(6.093)	(5.732)
Provisão para riscos trabalhistas, civis e tributários (Nota 18.1)	(49.961)	(27.796)	-	-	-	-	(49.961)	(27.796)
Provisão para investimentos na concessão (Nota 20)	(98.693)	(85.232)	-	-	-	-	(98.693)	(85.232)
Perdas estimadas na realização de créditos de liquidação duvidosa	-	(807)	(477)	-	-	-	(477)	(807)
(-) Reversão de perdas estimadas na realização de créditos de liquidação duvidosa	-	4.722	109	-	-	-	109	4.722
(-) Créditos PIS/COFINS	8.849	20.270	-	-	-	-	8.849	20.270
IPTU	(9.486)	(8.414)	-	-	-	-	(9.486)	(8.414)
Custos relativos à construção de ativos da concessão (Nota 11)	(68.085)	(88.814)	-	-	-	-	(68.085)	(88.814)
Seguros	(5.229)	(5.049)	-	-	-	-	(5.229)	(5.049)
Condomínio	-	-	(943)	(881)	-	-	(943)	(881)
Torna líquida - Edifício Augusta	-	-	-	-	9.835	-	9.835	-
Doações (a)	-	-	-	-	(1.890)	(2.270)	(1.890)	(2.270)
Patrocínios (b)	-	-	-	-	(577)	(4.063)	(577)	(4.063)
Indenizações - desapropriações (c)	-	-	-	-	2.047	10.952	2.047	10.952
Ganho na alienação de bens e direitos	-	-	-	-	11.338	296	11.338	296
Convênio Banco do Brasil	-	-	-	-	1.304	1.048	1.304	1.048
Baixa de créditos prescritos	-	-	-	-	(1.454)	-	(1.454)	-
Outras	(528)	1.001	-	-	(83)	(89)	(89)	1.001
Total	(486.664)	(384.112)	(98.221)	(93.290)				



EMAE - Empresa Metropolitana de Águas e Energia S.A.
 CNPJ 02.302.101/0001-42 - Empresa Aberta
<http://www.emae.com.br>

Meio Ambiente, Infraestrutura e Logística



SÃO PAULO
 GOVERNO DO ESTADO

→ continuação

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Adicionalmente, a EMAE conta em sua equipe com engenheiros especializados em barragens, meio ambiente e técnico em edificações que realizam essas inspeções e elaboram a documentação técnica, assegurando a segurança das estruturas de suas barragens.

Classificação de Risco de Barragens

Classe "A" - São barragens que apresentam categoria de risco e dano potencial associado alto e cujas anomalias necessitam intervenção de curto prazo para manutenção das condições de segurança, não significa necessariamente casos de risco imediato de ruptura.

Classe "B" - São barragens que apresentam categoria de risco médio ou baixo e dano potencial associado, alto, médio ou baixo e cujas anomalias, se presentes devem ser controladas, monitoradas e as intervenções podem ser implementadas ao longo do tempo para manutenção das condições de segurança.

Classe "C" - São barragens que apresentam categoria de risco e dano potencial médio ou baixo e que não apresentam anomalias e as existentes não comprometem a segurança da barragem.
 A EMAE não possui barragens classificadas na classe de risco "A".

g. Risco relacionado ao desenvolvimento de atividades nas principais regiões metropolitanas do Estado

Os reservatórios da EMAE estão localizados na Região Metropolitana de São Paulo e sofrem as pressões urbanas decorrentes dessa localização, notadamente por se tratar de região densamente povoada e palco de diversos conflitos pelo uso do solo, abastecimento público de água, controle de cheias e questões ambientais. Esse cenário pode impactar adversamente a Companhia, em especial pela ocupação de suas áreas urbanas e margens, com impactos negativos do ponto de vista social, ambiental e operacional da Companhia.

h. Risco na gestão do Sistema Hídrico Tietê/Pinheiros (Controle de Cheias)

Por meio da Resolução nº 72, de 25 de março de 1998, a ANEEL transferiu para a EMAE os direitos de exploração dos serviços públicos de energia elétrica, notadamente para exercer as operações voltadas à geração de energia elétrica.

Nesse sentido, a EMAE realiza na gestão do sistema hídrico Tietê/Pinheiros, dentre outras, as atividades inerentes ao controle de vazão dos rios, com a finalidade de evitar inundações em suas margens. Entretanto, eventual ocorrência de inundações pode ser vinculada às atividades desenvolvidas pela Companhia.

i. Risco na operação e manutenção das balsas - Reservatório Billings

A Companhia, por força da sucessão de obrigações da antiga Light, em função do enchimento do reservatório Billings, opera e mantém, travessias por meio de balsas em três pontos do reservatório, transportando pedestres e veículos. O serviço atende a todas as normas de segurança emanadas pela Marinha do Brasil, no entanto, a administração não tem meios de apurar com precisão os impactos de um eventual acidente com essas embarcações

j. Risco de cobertura de déficit atuarial

Conforme informado na nota explicativa nº 17 - Benefícios pós-emprego, previdência complementar a Companhia patrocina planos de benefícios de aposentadoria e pensão para seus empregados, denominados Plano de Suplementação de Aposentadoria e Pensão (PSAP/EMAE) e o Plano de Contribuição Definida (EMAE CD).

Em função das características do PSAP/EMAE, déficits podem ser apurados pela alteração dos parâmetros atuariais utilizados a cada reavaliação, tais como: descasamento do indexador do patrimônio de cobertura com o indexador de reajuste dos benefícios, taxa de juros real, tábuas de mortalidade, inflação, entre outros. Conforme determina a regulamentação aplicável a previdência complementar, déficits apurados devem ser equacionados e, dessa forma, há o risco de elevação das despesas previdenciárias.

Para mitigar esse risco, além de outras medidas, em maio de 2018 a Companhia fechou o PSAP/EMAE para novas adesões e passou a oferecer aos novos entrantes apenas o Plano de Contribuição Definida, o EMAE CD. Adicionalmente, desde maio de 2021 o indexador de reajuste dos benefícios do PSAP/EMAE passou a ser o IPCA, mitigando o descasamento entre ativos e passivos do plano.

DIRETORIA

MARCIO REA

DIRETOR-PRESIDENTE

PABLO ANDRÉS FERNÁNDEZ UHART

DIRETOR FINANCEIRO E DE RELAÇÕES COM INVESTIDORES

MARISE GRINSTEIN

DIRETORA ADMINISTRATIVA

ALVARO LUIZ AMORIM MIRANDA

DIRETOR DE GERAÇÃO

FÁBIO TONETTO

GERENTE DO DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE, CUSTOS E FISCAL

CONTADOR - CRC 1SP264253/O-4

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

PRESIDENTE

LUIZ CARLOS LUSTRE

CONSELHEIROS

PAULO FERREIRA

SERGIO RICARDO CIAVOLHI MOTA

RITA JOYANOVIC

MARCIO REA

THEODORO DE ALMEIDA PUPO JR.

RUI DE BRITO ALVARES AFFONSO

ZEVI KANN

ROBERTO BRIGIDO DO NASCIMENTO

DOUGLAS TADEU LLAMBIAS CAETANO

MANIFESTAÇÃO DO COMITÊ DE AUDITORIA

Referente às demonstrações financeiras da EMAE Empresa Metropolitana de Águas e Energia S.A. de 31 de dezembro de 2022.

O Comitê de Auditoria acompanhou o processo de apuração e preparação das Demonstrações Financeiras consolidadas da EMAE - Empresa Metropolitana de Águas e Energia S/A e sua Controlada, referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, tendo discutido as referidas demonstrações financeiras com os Departamentos de Contabilidade, Custos e Fiscal e de Orçamento e Finanças, bem como com os auditores independentes que emitiram seu relatório sem ressalvas.

Com base nas informações, discussões e análise acima referidas, o Comitê de Auditoria considerou as demonstrações financeiras consolidadas da EMAE - Empresa Metropolitana de Águas e Energia S/A e sua Controlada, relativas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2022, assim como o

respectivo Relatório da Administração e a Proposta de Destinação do Resultado do Exercício, em condições de serem apreciados pelo Conselho de Administração, recomendando sua aprovação.

São Paulo, 15 de março de 2023.

Benedito Alfredo Baddini Blanc

Membro Independente

Gabriel Monegatti

Membro Independente

Paulo Ferreira

Membro

Mattei Saverio Orlandi

Membro Independente

PARECER DO CONSELHO FISCAL

O Conselho Fiscal da EMAE - Empresa Metropolitana de Águas e Energia S.A., dando cumprimento ao estabelecido nos incisos II, III, VII do artigo 163 da Lei nº 6.404/76, de 15 de dezembro de 1976 e alterações subsequentes, examinou as Demonstrações Contábeis da Companhia relativas ao Exercício findo em 31 de dezembro de 2022, elaboradas segundo os princípios estabelecidos nos capítulos XV e XVI do referido diploma legal, compreendendo: Relatório Anual da Administração sobre os principais fatos administrativos do Exercício, Relatório do Auditor Independente, Balanços Patrimoniais, Demonstrações de Resultados, Demonstrações de Resultados Abrangentes, Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido, Demonstrações dos

Fluxos de Caixa, Demonstrações do Valor Adicionado e complementados por Notas Explicativas e a Proposta de Pagamento de Dividendo Adicional. Com fundamento nos exames realizados, nos esclarecimentos adicionais prestados pela Diretoria, no Relatório dos Auditores Independentes e na aprovação pelo Conselho de Administração, este Conselho é de opinião que os referidos documentos estão em condições de serem submetidos à deliberação da Assembleia Geral dos Acionistas.
 É o Parecer.

São Paulo, 22 de março de 2023.

Fernanda M.V.L. Schuery Soares

Gilberto Souza Matos

Adriano Candido Stringhini

DECLARAÇÃO DOS DIRETORES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Em atendimento ao disposto nos incisos V e VI do artigo 27 da Resolução CVM nº 80, de 29 de março de 2022, os membros da Diretoria da EMAE - Empresa Metropolitana de Águas e Energia S.A., sociedade de economia mista por ações, de capital aberto, com sede na Avenida Jornalista Roberto Marinho, nº 85, 16º andar, Bairro de Cidade Monções, na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, inscrita no CNPJ sob nº 02.302.101/0001-42, declaram que: (i) reviram, discutiram e concordam com as Demonstrações Financeiras da EMAE do exercício social findo em 31 de dezembro de 2022; e (ii) reviram, discutiram e concordam com as opiniões expressas no relatório emitido pela Russell Bedford Brasil Auditores Independentes S/S, relativamente às Demonstrações Financeiras da EMAE do exercício social findo em 31 de dezembro de 2022.

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Aos Acionistas, aos conselheiros e aos diretores da EMPRESA METROPOLITANA DE ÁGUAS E ENERGIA S.A. - EMAE São Paulo - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis individuais e consolidadas da EMPRESA METROPOLITANA DE ÁGUAS E ENERGIA S.A. - EMAE, identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis individuais e consolidadas acima referidas, apresentam adequadamente, em todos os seus aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da EMPRESA METROPOLITANA DE ÁGUAS E ENERGIA S.A. - EMAE em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à EMPRESA METROPOLITANA DE ÁGUAS E ENERGIA S.A. - EMAE e sua controlada, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Enfases

Ativo reversível da concessão

Chamamos a atenção para a Nota Explicativa nº 12, de que os balanços patrimoniais individual e consolidado apresentam na rubrica de ativo reversível da concessão, no Realizável a Longo Prazo - Ativo Não Circulante, o montante de R\$ 195.374 mil em 31 de dezembro de 2022, referente aos investimentos a serem indenizados pelo poder Concedente (ANEEL), os quais foram mensurados pela Companhia com base no valor residual. O referido montante ainda está em processo de homologação e será definido após fiscalização e determinação do "Valor Novo de Reposição - VNR" pela ANEEL. Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto.

Ativo não circulante destinado a venda - Transação de Partes Relacionadas por meio de Permuta de Imóveis

Conforme Notas Explicativas nº 10 e 24.6, a Companhia apresenta na conta de ativo não circulante destinado para venda o montante de R\$ 238.228, bem como na conta de Ajustes de Elementos do Ativo não Circulante o montante de R\$ 157.214 (líquido de Impostos de renda e contribuição social diferidos) com contrapartida da operação. Com relação a esses saldos; a) No dia 21 de julho de 2022, foi comunicado ao mercado que a Fazenda do Estado de São Paulo foi autorizada, por meio do Decreto Estadual nº 66.983, de 20 de julho de 2022, a realizar a permuta com a EMAE de um edifício localizado à Rua Augusta, nº 1626, São Paulo, SP de propriedade da Fazenda do Estado de São Paulo, avaliado em R\$ 82.461 mil. Com o terreno de propriedade da EMAE, inserido no Parque Estadual Villa Lobos, situado à Avenida Dra. Ruth Cardoso, nº 4.800, também no município de São Paulo - SP, avaliado em R\$ 94.770 mil. A EMAE recebeu a torna resultante da permuta, no valor de R\$ 12.309 mil, por ocasião de registro da escritura. O valor justo computado por ocasião da transferência para propriedades para investimentos do imóvel cedido, localizado no Parque Estadual Villa Lobos, no montante de R\$ 82.461 mil (R\$ 59.419 mil líquido de impostos), permanece registrado em conta de ajuste patrimonial dentro patrimônio líquido, a ser realizado na medida que ocorrer a realização do imóvel recebido na permuta e o respectivo imposto de diferido R\$ 28.042 mil, a ser computado na base cálculo do respectivo imposto no momento da efetiva realização, conforme hipóteses previstas no parágrafo 6º, artigo 13, inciso 6º, itens 1º a 4º do Regulamento do Imposto de Renda; b) Com base em Laudos de Instituições Certificadas, registrou a valor justo do imóvel Terreno Zuccolo (antigo Bora-Fora 14) no montante de R\$ 155.767 mil (R\$ 102.795 mil líquido de impostos) em Propriedade para investimentos por ocasião do seu desuso na operação e seu uso como valorização de capital. Após deliberação em reunião do Conselho de Administração que autorizou a alienação por meio de processo licitatório, ambos os imóveis foram transferidos para a rubrica Ativo não circulante mantido para a venda a valor justo. Nossa opinião não está ressalvada em relação a esses assuntos.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Planos de Benefícios

Conforme Nota Explicativa nº 17, a EMAE é patrocinadora de planos de benefícios de aposentadoria e pensão para seus empregados, ex-empregados e respectivos beneficiários, com objetivo de suplementar os benefícios fornecidos pelo sistema oficial da previdência social. A VIVEST é a Entidade responsável pela administração dos planos de benefícios patrocinados pela Companhia. A política de investimentos do plano, definida por meio de estudo de gerenciamento conjunto de ativos e passivos (Asset Liability Management), resultou na alocação média no ano de 77% em renda fixa, 15% em renda variável e 8% em outros segmentos, obtendo rentabilidade consolidada de 7,03% em 2022. Em 2022 após revisão das premissas utilizadas no plano atuarial e segundo os princípios do CPC 33 (R1) "Benefícios a Empregados" a provisão do plano teve uma queda no montante de R\$ 152.990 (acréscimo de R\$ 112.733 mil em 31 de dezembro de 2021), devido a queda do déficit atuarial dos planos de aposentadoria da EMAE causado, principalmente, pela variação das taxas de descontos. Durante o exercício não foi necessário equacionamento em função da avaliação atuarial. Na avaliação atuarial do plano foi utilizado o método do crédito unitário projetado. O ativo líquido do plano de benefícios é avaliado pelos valores de mercado (marcação a mercado).

Como o assunto foi tratado na auditoria

Com a assistência de um especialista, nossos procedimentos de auditoria incluíram, dentre outros: entendimento e avaliação dos procedimentos adotados pela Companhia, através do auxílio dos nossos especialistas atuariais, avaliamos a razoabilidade das principais premissas da metodologia utilizada pelo atuariário da Companhia, efetuamos a leitura do regulamento do plano para confirmar o percentual de responsabilidade da patrocinadora e obtivemos acesso às evidências que demonstram que as ações de equacionamento do resultado atuarial definidas em plano, vêm respeitando o regime de responsabilidade partilhada entre a patrocinadora e os participantes necessários. Adicionalmente, avaliamos a integridade das informações utilizadas e adequação das divulgações.

Impostos Diferidos

Conforme Nota Explicativa nº 8.2, a Companhia reconhece contabilmente os efeitos fiscais das diferenças temporárias e prejuízos fiscais sobre o Imposto de Renda e a Contribuição Social. O reconhecimento de diferenças temporárias dedutíveis está previsto no Pronunciamento CPC 32 e Deliberação CVM nº 599/2009 que estão suportados por projeção de resultados elaborado pela Administração. A reconhecido dos Ativos Fiscais Diferidos por diferenças temporárias e prejuízos fiscais requerem reavaliação anual para identificação de valores não reconhecidos e probabilidade de recuperação com lucros tributáveis futuros. Os valores referentes às diferenças temporárias são obtidos através dos controles dos saldos de créditos de liquidação duvidosa, provisão para a realização dos investimentos com os recursos recebidos para investimentos na Concessão, as contingências trabalhistas, civis e tributárias, ganho na operação de arrendamento da UTE Piratininga, o Ativo financeiro relativo ao acordo com a Sabesp, o plano de benefício definido, valor de justo de bens alocados em propriedade para investimentos e ativo não circulantes destinados à venda, entre outras provisões que venham a ser deduzidas para fins fiscais apenas quando da sua realização. Consideramos esse um dos principais assunto de auditoria, tendo em vista o risco relacionado aos controles manuais das provisões da auditada, a materialidade dos valores reconhecidos e a incerteza de liquidez destes ativos.

Como o assunto foi tratado na auditoria

O auxílio de nossos especialistas em tributos, foram realizados procedimentos de acordo com a regulamentação do Conselho de Valores Mobiliários, em vigor, bem como avaliamos os estudo técnico que dê suporte ao registro contábil de créditos tributários, conforme o contexto regulatório aplicável a esta matéria, bem como a contextualização, análises, premissas e outros dados, os quais compõem as informações exigidas pelo Órgão regulador, fiscalizador e legislação de Imposto de Renda e Contribuição Social.

Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima descritos, consideramos aceitáveis as projeções de resultados, as quais são base para o registro dos ativos fiscais diferidos, os critérios e as premissas adotadas pela Administração para estimar e calcular o Ativo Fiscal Diferido e as divulgações efetuadas no contexto das demonstrações contábeis tomadas.

Propriedade para investimentos e ativo não circulantes mantido para vendas

Conforme Notas Explicativas nº 10, 13 "b" e 24.6, a Companhia apresenta na conta de ativo não circulante destinado para venda o montante de R\$ 238.228, na conta de propriedade para investimento o montante de R\$ 130.762, bem como na conta de Ajustes de Elementos do Ativo não Circulante o montante de R\$ 243.517 (líquido de Impostos de renda e contribuição social diferidos). Decorre que durante o ano a Companhia, com base em Laudos de instituições certificadas, registrou a valor justo, três imóveis, Espaços A e C vinculados à Usina São Paulo, terreno Parque Villa Lobos, objeto de permuta com o Edifício situado na Rua Augusta, e Terreno Zuccolo (antigo Bora-Fora 14), dos quais apenas os Espaços A e C vinculados à Usina São

RUSSELL BEDFORD GM

AUDITORES INDEPENDENTES S/S

2 CRC RS 5.460/O-0 "T" SP

Roger Maciel de Oliveira

Contador - 1 CRC RS 71.505/O-3 "T" SP

Sócio Responsável Técnico

Barueri, 10 de março de 2023